

26 de março 2015

Demonstrações Financeiras

Eneva S.A. – Em Recuperação Judicial
(Companhia Aberta)

31 de dezembro de 2014

com Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras



Sumário

1. Contexto operacional	15
2. Licenças e autorizações	22
3. Apresentação das demonstrações financeiras.....	23
4. Resumo das principais políticas contábeis	25
4.1 Consolidação.....	25
4.2 Apresentação de informações por segmentos.....	27
4.3 Ativos financeiros	28
4.3.1 Classificação	28
4.3.2 Reconhecimento e mensuração	29
4.3.3 Impairment de ativos financeiros	29
4.3.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge	30
4.3.5 Contas a receber de clientes	31
4.3.6 Estoques	31
4.3.7 Ativos intangíveis.....	31
4.3.8 Contas a pagar aos fornecedores	33
4.3.9 Empréstimos e Financiamentos	33
4.3.10 Provisões	34
4.3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	34
4.3.12 Capital social	35
4.3.13 Reconhecimento da receita.....	36
4.3.14 Arrendamentos	36
4.3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	36
4.3.16 Subvenção da Conta de Consumo de Combustível - CCC.....	36
4.3.17 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	37
5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	37
5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas.....	37
6. Caixa e Equivalente de Caixa	38
7. Depósitos vinculados.....	38
8. Contas a receber e conta consumo de combustível	39
9. Estoques	40
10. Impostos a recuperar e diferidos	41
11. Investimentos	44
12. Ativo mantido para venda e Operação descontinuada.....	49
13. Imobilizado	50
14. Intangível	53
15. Partes relacionadas	56

16. Empréstimos e financiamentos	61
17. Impostos e contribuições a recolher	71
18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	71
19. Provisão para contingências	81
20. Patrimônio líquido	84
21. Resultado por ação	86
22. Plano de pagamento baseado em ações	86
23. Receita operacional	90
24. Custos e despesas por natureza	90
25. Resultado financeiro	91
26. Compromissos assumidos	92
27. Cobertura de seguros	95
28. Informações por segmento	95
29. Eventos subsequentes	101

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	72.502	110.156	157.318	277.582
Contas a receber	9	-	-	304.848	294.396
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	9	-	-	-	30.802
Estoques	10	-	-	99.185	78.376
Despesas antecipadas		3	-	42.081	9.825
Impostos a recuperar	11	12.255	25.701	32.354	47.651
Ganhos com derivativos	19	-	4.171	-	4.171
Adiantamentos diversos		1.712	1.175	8.880	5.001
Depósitos vinculados	8	41	38	41	38
Outros ativos circulantes		300.000	-	300.000	-
Ativos Não-Correntes a Venda	12	300.000	-	300.000	-
		386.513	141.241	944.708	747.842
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas		786	841	6.774	2.905
Depósitos vinculados	8	-	-	62.070	118.606
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	9		-	-	-
Imposto a recuperar	11	33.237	7.215	37.575	14.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	219.713	302.327
Mutuo com controladas	15	691.287	909.327	284.774	191.968
Contas a receber com outras pessoas ligadas	15	62.627	217.337	63.970	218.680
Contas a receber com controladas	15	44.143	123.005	20.492	117.372
AFAC com controladas	15	248.000	206.678	26.250	150
Adiantamento para futuro aumento de capital com controladas	15	-	-	-	-
Ganhos com Derivativos	17	21.122	0	21.122	0
Outros créditos		2	2	2	60
		1.101.204	1.464.405	742.743	966.682
Investimentos	12	2.228.139	3.130.979	733.927	941.853
Imobilizado	13	11.238	12.634	4.423.468	6.819.454
Intangível	14	2.876	2.727	199.572	213.381
Total do ativo		3.729.971	4.751.986	7.044.418	9.689.212

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		11.737	3.473	149.785	331.216
Empréstimos e financiamentos	16	2.199.149	1.562.211	3.289.195	2.408.142
Debentures	17	-	112	-	112
Impostos e contribuições a recolher	18	1.602	709	27.116	45.934
Obrigações sociais e trabalhistas		6.742	8.424	14.934	16.770
Retenção contratual	13	-	-	20.945	84.789
Participações nos Resultados		9.749	4.990	16.592	8.148
Outras obrigações		91	91	101.344	83.748
		<u>2.229.071</u>	<u>1.580.009</u>	<u>3.619.909</u>	<u>2.978.859</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	182.749	655.417	1.874.502	3.802.378
Débitos com outras partes relacionadas	15	171.595	34.489	320.875	307.720
Debêntures	17	-	5.239	-	5.239
Provisão para passivo a descoberto	12	3.541	8.087	442	9.286
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	10.978	9.591
Provisão para desmantelamento	13	-	-	-	2.266
		<u>357.885</u>	<u>703.232</u>	<u>2.206.797</u>	<u>4.136.480</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	21	4.707.088	4.532.313	4.707.088	4.532.313
Reserva de capital	23	350.771	350.514	350.771	350.514
Ajustes de avaliação patrimonial	21	(36.861)	(53.284)	(36.861)	(53.284)
Prejuízos acumulados	21	(3.877.982)	(2.360.800)	(3.885.741)	(2.379.303)
		<u>1.143.016</u>	<u>2.468.743</u>	<u>1.135.257</u>	<u>2.450.240</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>82.455</u>	<u>123.633</u>
Participações de acionistas não controladores		<u>1.143.016</u>	<u>2.468.743</u>	<u>1.217.712</u>	<u>2.573.873</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		3.729.971	4.751.986	7.044.418	9.689.212

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Receita de venda de bens e/ou serviços	24	-	-	1.798.092	1.438.831
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	25	-	-	(1.579.302)	(1.507.047)
Resultado bruto		-	-	218.790	(68.217)
Despesas/Receitas operacionais	25	(749.630)	(607.282)	(702.499)	(358.958)
Gerais e Administrativas		(145.691)	(123.700)	(173.013)	(167.261)
Pessoal e administradores		(74.254)	(67.579)	(81.474)	(79.762)
Outras despesas		(12.772)	(7.908)	(15.601)	(12.323)
Serviços de Terceiros		(49.406)	(40.401)	(65.280)	(64.803)
Depreciação e Amortização		(2.355)	(2.280)	(3.211)	(3.125)
Arrendamentos e Aluguéis		(6.904)	(5.533)	(7.446)	(7.248)
Outras receitas operacionais		442.011	1.096	484.487	4.424
Venda da PGN (OGX Maranhão)		21.858	-	21.858	-
Venda Pecém II		419.303	-	419.303	-
Outros		850	1.096	43.326	4.424
Outras despesas operacionais		(397.533)	(15.499)	(843.318)	(43.109)
Passivo a Descoberto		(197)	(8.272)	197	(7.717)
Perdas na alienação de bens		(2.175)	(7.229)	(2.175)	(7.231)
Provisão para perda em Investimento		(615)	3	(1.644)	(23)
Baixa de Benefício CCC		-	-	-	(24.617)
Penalidade/Adomp CCEE		-	-	(16.842)	-
Venda Pecém II		(378.913)	-	(378.913)	-
Provisão perda investimento - Impairment		-	-	(421.303)	-
Perda na Operação do Chile		(4.108)	-	(4.108)	-
Outros		(11.525)	-	(18.529)	(3.521)
Resultado de equivalência patrimonial		(648.417)	(469.179)	(170.655)	(153.012)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(749.630)	(607.282)	(483.709)	(427.176)
Resultado financeiro	26	(206.887)	(220.773)	(510.055)	(506.096)
Receitas financeiras		162.470	112.823	131.714	88.513

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Despesas financeiras		<u>(369.357)</u>	<u>(333.596)</u>	<u>(641.769)</u>	<u>(594.609)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(956.517)</u>	<u>(828.056)</u>	<u>(993.764)</u>	<u>(933.272)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	18	-	(114.400)	(2.531)	(11.152)
Corrente		-	-	(1.238)	(3.744)
Diferido		-	(114.400)	(1.293)	(7.408)
Resultado Líquido Consolidado das Operações Continuadas		<u>(956.517)</u>	<u>(942.456)</u>	<u>(996.295)</u>	<u>(944.424)</u>
Operações descontinuadas					
Prejuízo nas operações descontinuadas - Venda Pecém I		(560.665)		(560.665)	
Lucro/ Prejuízo do exercício		<u>(1.517.182)</u>	<u>(942.456)</u>	<u>(1.556.960)</u>	<u>(944.424)</u>
				-	-
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		<u>(1.517.182)</u>	<u>(942.456)</u>	<u>(1.517.183)</u>	<u>(942.456)</u>
Atribuído a Sócios Não Controladores		-	-	(39.777)	(1.966)
Lucro/ Prejuízo por Ação				-	-
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	22	(4,86920)	(3,51822)	(4,99687)	(3,52556)

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2014 à 31/12/2014	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2014 à 31/12/2014	01/01/2013 à 31/12/2013
Prejuízo do exercício	(1.517.182)	(942.455)	(1.556.961)	(944.421)
Ajustes Acumulados de Conversão	(9.238)	(54.404)	(9.238)	(54.404)
Ajustes de Avaliação Patrimonial:	(7.184)	(11.379)	(7.184)	(11.379)
Parcela efetiva das mudanças na valor justo dos <i>hedges</i> de fluxo de caixa - <i>hedge accounting</i>	(10.885)	(17.241)	(10.885)	(17.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - <i>hedge accounting</i>	3.701	5.862	3.701	5.862
Resultado abrangente total	(1.533.603)	(1.008.237)	(1.573.383)	(1.010.204)
Resultado Abrangente do Período	(1.533.603)	(1.008.237)	(1.573.383)	(1.010.204)
Acionistas não controladores	-	-	(39.779)	(1.966)
Acionistas controladores	(1.533.603)	(1.008.237)	(1.533.603)	(1.008.237)
Resultado abrangente total	(1.533.603)	(1.008.237)	(1.573.383)	(1.010.204)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do Exercício	(1.517.182)	(828.055)	(1.556.961)	(933.269)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Resultado das negociações das participações	498.417	-	498.417	
Depreciação e amortização	2.355	2.280	170.479	146.539
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(12.828)	3.414	(12.828)	611
Opções de ações outorgadas	257	28.610	257	28.610
Provisão para desmantelamento	-	-	(2.266)	149
Resultado de equivalência patrimonial	648.417	469.179	170.655	153.012
Provisão para passivo a descoberto	197	8.272	(197)	7.717
Provisão para perda em investimento	615	7.229	2.175	7.231
Juros/ Custos Debêntures	501	786	501	786
Derivativos embutidos	0	479	0	479
Juros empréstimos e partes relacionadas	209.531	147.857	304.919	364.832
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Ajustes por perda cambial	-	-	-	-
Baixa de Subsídio CCC	-	7.224	12.584	24.617
Alienação Porto do Pecém	-	-	848.990	
Baixa por Impairment	-	-	421.303	
Outros	(3.707)	-	-	-
	(173.428)	(152.725)	858.028	(198.687)
Variações nos ativos e passivos				
Adiantamentos Diversos	(535)	(359)	(3.879)	(3.218)
Despesas Antecipadas	51	0	(24.761)	15.115
Contas a Receber	-	-	(10.451)	(273.051)
Impostos a Recuperar / Recolher	(12.576)	(1.249)	(7.665)	(821)
Estoque	-	-	(20.809)	64.311
Impostos, taxas e contribuições	893	307	(18.819)	38.693
Fornecedores	8.264	(375)	(181.431)	215.956
Provisões e encargos trabalhistas	(1.682)	5.136	(1.836)	6.908
Contas a pagar	-	0	17.596	80.423
Subsídios a receber - CCC	-	-	30.802	(13.241)
Débitos/ Créditos partes relacionadas	390.323	(275.232)	265.463	(24.824)
Pagamentos encargos financeiros	-	(144.091)	-	(360.199)
Outras Variações de investimentos	-	-	-	-
Outros Ativos e Passivos	213	(21.299)	(11.705)	(51.027)
Ativos Destinados a Negociação	(300.000)	-	(300.000)	-
	84.951	(437.162)	(267.495)	(304.976)

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(88.477)	(589.886)	590.533	(503.663)
Fluxo caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	436	(2.602)	(101.514)	(1.275.962)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	3.440
Movimentação de Investimentos	161.878	(20.718)	(464.974)	(235.965)
AFAC - Aporte	(448.007)	(1.351.709)	(27.963)	(31.555)
AFAC - Mútuo	-	184.625	-	225
Mútuo com partes relacionadas	218.040	(403.351)	(92.807)	(57.042)
Dividendos a receber	-	2.040	-	-
Depósitos vinculados	(3)	102.647	(7.313)	17.040
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(67.655)	(1.489.069)	(694.571)	(1.579.819)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos obtidos	180.000	2.117.335	180.000	2.562.932
Pagamento do principal sobre os empréstimos	(226.320)	(930.000)	(361.025)	(1.399.752)
Ganho (perda) com instrumentos financeiros liquidados	(4.124)	(4.567)	(4.124)	(119.512)
Aumento de capital	174.774	800.579	174.774	800.579
Dividendo a pagar	-	-	-	(1.961)
Liquidação de debêntures	(5.852)	(500)	(5.852)	(500)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	118.478	1.982.847	(16.227)	1.841.786
Variação Cambial sobre o Caixa e Equivalentes	-	-	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(37.654)	(96.107)	(120.265)	(241.694)
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	110.156	206.263	277.583	519.277
No final do exercício	72.502	110.156	157.318	277.583
	(37.654)	(96.107)	(120.265)	(241.696)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora					
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reservas de Lucro	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.731.734	321.904	-	(119.067)	(1.364.979)	2.569.592
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(942.455)	(942.455)
Transações com acionistas:						
Aumento de capital	800.579	-	-	-	-	800.579
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	28.610	-	-	-	28.610
Ajuste Diferido - JV	-	-	-	-	-	-
Ajuste Cisão CCX Carvão - Colômbia	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	54.404	(53.366)	1.038
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	11.379	-	11.379
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.532.314	350.514	-	(53.284)	(2.360.800)	2.468.744
Prejuízo do exercício	-	-	-	9.238	(1.517.182)	(1.507.944)
Transações com acionistas:						
Aumento de capital	174.774	-	-	-	-	174.774
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	257	-	-	-	257
Ajuste Diferido - JV	-	-	-	-	-	-
Ajuste Cisão CCX Carvão - Colômbia	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	7.184	-	7.184
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.707.088	350.771	-	(36.862)	(3.877.982)	1.143.015

	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.731.734	321.904	(119.068)	(1.384.971)	2.549.598	151.538	2.701.137
Prejuízo do exercício:	-	-	-	(942.455)	(942.455)	(1.966)	(944.421)
Transações de Capitais com Sócios:							
Aumento de capital	800.579				800.579	-	800.579
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	28.610	-	-	28.610		28.610
Ajuste Ativo Diferido	-		-	1.489	1.489		1.489
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes conversão do exercício	-	-	54.404	(53.366)	1.038	-	1.038
Ajustes de Instrumentos Financeiros Participação Acionista Não Controlador	-	-	11.379	-	11.379	-	11.379
	-	-	-	-	-	(25.938)	(25.938)
Saldo em 31 de dezembro 2013	4.532.313	350.514	(53.285)	(2.379.303)	2.450.238	123.634	2.573.873
				(1.517.182)	(1.517.182)		(1.558.359)
Prejuízo do exercício:	-	-	-	2)	2)	(41.177)	9)
Transações de Capitais com Sócios:							
Aumento de capital	174.774				174.774	-	174.774
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	257	-	-	257	-	257
Ajuste Ativo Diferido	-	-	-	10.744	10.744	-	10.744
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes conversão do exercício	-	-	9.238	-	9.238	-	9.239
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	7.185	-	7.184	-	7.185
				(3.885.741)	1.135.256		1.217.713
Saldo em 31 de dezembro 2014	4.707.087	350.771	(36.861)	1)	6	82.457	3

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	405.836	(6.130)	17.211	2.841.131
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		-	2.010.803	1.600.282
Receitas relativas à construção de ativos próprios	405.836	(6.130)	(1.993.592)	1.240.848
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(61.354)	(45.220)	(1.113.630)	(1.213.964)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(61.354)	(45.220)	(1.113.630)	(1.213.964)
Valor Adicionado Bruto	344.482	(51.350)	(1.096.419)	1.627.167
	(2.355)	(2.280)	(170.479)	(146.539)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.355)	(2.280)	(170.479)	(146.539)
Valor Adicionado Líquido Produzido	342.127	(53.630)	(1.266.898)	1.480.628
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(1.431.688)	(377.156)	(1.367.234)	(87.562)
Resultado de equivalência patrimonial	(648.417)	(469.179)	(170.655)	(153.012)
Receitas financeiras	12.325	97.567	39.451	70.439
Outros	(795.596)	(5.544)	(1.236.031)	(4.989)
Instrumentos financeiros derivativos	16.952	2.728	16.952	2.728
Provisão perda em Investimento	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	(197)	(8.272)	197	(7.717)
Perdas na alienação de bens	(917.720)	-	(917.720)	-
Provisão para Perda com Impairment	-	-	(421.303)	-
Perda na Operação do Chile	(4.108)	-	(4.108)	-
Outros	109.477	-	89.951	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	(1.089.561)	(430.786)	(2.634.133)	1.393.066

Distribuição do valor adicionado	(1.089.561)	(430.786)	(2.634.133)	1.393.066
Pessoal	74.252	67.579	135.806	120.553
Remuneração direta	46.894	46.638	72.332	61.977
Benefícios	13.949	11.487	34.634	33.971
FGTS e Contribuições	13.412	9.454	28.840	24.605
Outros				
Impostos, Taxas e Contribuições	422	117.004	216.296	175.863
Federais	422	117.004	207.951	175.396
Estaduais			8.344	466
Remuneração de Capitais de Terceiros	352.942	327.085	(1.429.273)	2.041.071
Juros	500	785	501	786
Aluguéis	6.903	5.532	310.223	172.152
Outros	345.540	320.768	(1.739.997)	1.868.133
Perdas em operações com derivativos	4.124	6.142	4.124	3.339
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(2.409.796)	1.247.200
Seguros	401	486	21.125	17.841
Variação cambial	15.747	15.097	13.495	18.399
Despesas Financeiras	325.268	299.043	596.215	556.738
Penalidade CCEE	-	-	16.842	-
Baixa de Benefício CCC	-	-	-	24.617
Outros	-	-	17.998	
Remuneração de Capitais de Próprios	(1.517.182)	(942.455)	(1.556.961)	(944.421)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(1.517.182)	(942.455)	(1.517.182)	(942.455)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(39.779)	(1.966)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A MPX Energia S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de abril de 2001 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovado a alteração da razão social da Companhia, que passa a ser denominada de Eneva S.A.

Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A Companhia possui um portfólio diversificado de projetos com usinas termelétricas no Brasil, além de projetos relacionados a fontes renováveis, como a energia solar e eólica. A fim de integrar suas operações a Companhia também é acionista de um projeto de produção e exploração de gás natural no Brasil, que fornece gás para as usinas em que foram construídos pela empresa no Maranhão.

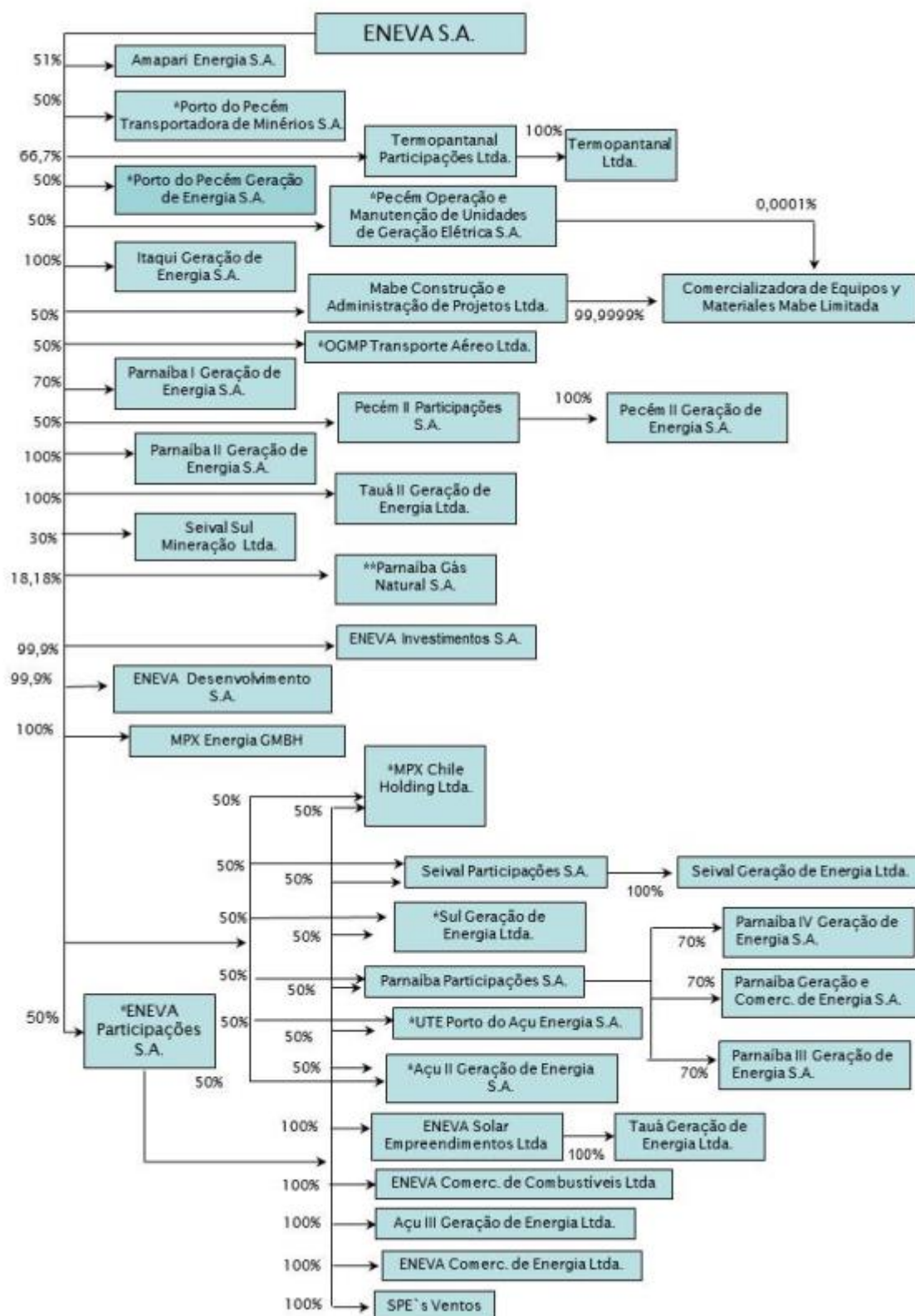
Sua atuação é realizada através da participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital social de empresas que desenvolvem tais projetos, sendo alguns desenvolvidos em parceria com outros agentes do setor de energia. Os recursos para os projetos foram obtidos basicamente pela captação efetuada através da Oferta Pública de Ações da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2007 e em 11 de janeiro de 2008 (lote suplementar), no montante total de R\$ 2.035.410, bem como por financiamentos e pela emissão de 21.735.744 debêntures conversíveis em ações, realizada em 15 de junho de 2011, no montante de R\$ 1.376.527. Em 24 de maio de 2012, foram convertidas 21.653.300 debêntures, gerando a emissão de 33.255.219 novas ações, em decorrência do processo de reestruturação societária implementado pela Companhia.

Em 28 de março de 2013 o acionista controlador da MPX Energia S.A., o Sr. Eike Fuhrken Batista, celebrou junto a E.ON SE um acordo de investimento que previa os seguintes eventos:

- (a) Em 29 de maio de 2013 a E.ON adquiriu ações de emissão da Companhia detidas por Eike Fuhrken Batista representativas de aproximadamente 24,5% do capital social.
- (b) Na data de aquisição das ações da, E.ON e Eike Fuhrken Batista celebraram um acordo de acionistas, que regulou o exercício dos direitos de voto e restrições às transferências de ações detidas por eles.
- (c) Em agosto de 2013 foi concluído o aumento de capital privado de aproximadamente R\$ 800 milhões, com preço de subscrição fixado em R\$ 6,45 por ação.
- (d) Posteriormente será submetida à aprovação dos acionista a incorporação pela Companhia, pelo valor patrimonial, da ENEVA Participações S.A. – Em recuperação judicial, joint venture entre a Companhia e a E.ON ("JV").

Em 31 de dezembro de 2014, conforme quadro apresentado a seguir, o grupo econômico ("Grupo" ou "Companhia") inclui a Companhia e suas participações societárias em coligadas, controladas diretas e indiretas, em controladas em conjunto, e no Fundo de Investimento Multimercado FICFI RF CP Eneva para maiores detalhes das controladas, ver Nota 12:

- Parnaíba I Geração de Energia S.A.;
- Porto do Pecém Geração de Energia S.A.;
- Pecém II Geração de Energia S.A.;
- Itaquí Geração de Energia S.A.;;
- Amapari Energia S.A.;
- ENEVA Comercializadora de Energia Ltda.,
- ENEVA Comercializadora de Combustíveis Ltda.,
- Tauá Geração de Energia Ltda;
- Parnaíba III Geração de Energia S.A.; e
- Parnaíba IV Geração de Energia S.A.



* Controlada em conjunto.

** Coligada.

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vem efetuando os investimentos necessários para a finalização dos empreendimentos incluídos no seu portfólio e subsequente início da operação comercial dos respectivos empreendimentos.

A Companhia adquiriu dívida de curto prazo para financiar suas atividades durante 2012 e 2013. No âmbito dos projetos, Parnaíba 2 teve em dez14 sua dívida de curto prazo com Itaú e CEF rolada por 6 meses, para jun/15, vencendo agora junto com a dívida de curto prazo do BNDES. A partir de 31 de dezembro de 2014 os empréstimos consolidados com vencimento nos próximos 12 meses podem ser resumidas como segue:

- Entre 6 e 9 meses: R\$ 3,246 bilhões, que inclui saldo vencido de R\$2,0 bilhões da holding que encontra-se no processo de recuperação judicial.
- Entre 9 e 12 meses: R\$29,9 milhões.

As captações de dívida de curto prazo, abertas em dezembro de 2013, tiveram o objetivo de financiar parte dos investimentos realizados, bem como atender as demandas de capital de giro. Ademais, a Companhia continua trabalhando para liquidação parcial e rolagem para longo prazo das dívidas de curto prazo no projeto e considera, principalmente, os seguintes eventos no seu plano de negócios:

- Reestruturação da dívida de longo prazo de Itaqui, proporcionando 6 meses de carência de juros e 24 meses de carência de principal. Aditivo já assinado pelo BNDES e em fase de assinatura com BNB, Bradesco e Votorantim.
- Rolagem por 12 meses da dívida de curto prazo de Parnaíba 2, e posteriormente captação de dívida de longo prazo no montante total de R\$ 960 milhões.
- Captação de dívida de longo prazo em Parnaíba III no montante total de R\$ 150 milhões.
- Alongamento da dívida de curto prazo do projeto Parnaíba 1, para 18 meses de prazo total com 6 meses de carência de principal. Aditivo já assinado com Bradesco e em fase de assinatura com Itaú.

Adicionalmente à reestruturação financeira de alguns projetos, como descrito acima, a Companhia está também trabalhando para reestruturar sua própria dívida de curto prazo. O plano de recuperação judicial incluirá uma diminuição significativa na dívida da holding, além de um alongamento de dívida que permanecer. Estas medidas potenciais são extremamente necessárias para reforçar a estrutura de capital e criar os fundamentos necessários para permitir uma redução significativa de sua alavancagem e desta forma sua sobrevivência de forma sustentável no longo prazo.

O processo da recuperação Judicial

Em 09 de Dezembro de 2014 a ENEVA S.A – em Recuperação Judicial- protocolou pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. A decisão tem por objetivo preservar condições de caixa adequadas para a continuidade das atividades da companhia, que têm apresentado evolução continuada em seus indicadores operacionais.

O Plano visa a permitir que a Eneva e a Eneva Participações superem sua crise econômico-financeira, adotem as medidas adicionais necessárias para sua reorganização operacional e preservem a manutenção de empregos diretos e indiretos e os direitos de seus Credores e acionistas.

As sete usinas operadas pela companhia não foram incluídas no pedido, que considera apenas a ENEVA S.A. e sua controlada ENEVA Participações S.A.

A decisão de pedir recuperação judicial ocorre em face ao acordo que a companhia mantinha até o último dia 21 de novembro de 2014 com os bancos detentores de sua dívida financeira não foi renovado. Nos termos do

acordo expirado, os bancos concordavam em suspender os pagamentos de juros e principal da dívida financeira da ENEVA.

A recuperação judicial protege a companhia e suas operações do pagamento de dívidas correntes, possibilitando a continuidade do diálogo com seus credores e a apresentação do seu plano de recuperação judicial no prazo de até 60 dias, a contar da data da aceitação de seu pedido.

Em 16 de Dezembro de 2014, o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo deferimento do processamento da recuperação judicial da companhia e de sua subsidiária ENEVA Participações S.A. O Juízo também decidiu pela nomeação da Deloitte Touché Tohmatsu como administrador judicial.

Em 12 de Fevereiro de 2015 a ENEVA S.A. – em Recuperação Judicial – apresentou à 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro o Plano de Recuperação Judicial aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O plano tem como premissa o equacionamento da estrutura de capital da holding e de sua subsidiária, ENEVA Participações, por meio da redução de sua dívida total em pelo menos 40%.

A estrutura do plano prevê aumento de capital em moeda corrente, capitalização de créditos, concessão de perdão de dívida, e ainda renegociação do perfil da dívida remanescente, que deverá ter os prazos alongados e o custo financeiro reduzido. Em resumo, o Plano prevê os seguintes meios de recuperação:

Reestruturação dos Créditos- Para que as Recuperandas possam alcançar seu almejado soerguimento financeiro e operacional, é indispensável a reestruturação dos Créditos, que ocorrerá essencialmente por meio (i) da Capitalização dos Créditos detidos pelos Credores Quirografários que assim optarem, (ii) do perdão em relação a parte dos Créditos Quirografários, e (iii) reperfilamento da dívida para pagamento do Saldo Remanescente dos Créditos Quirografários, entre outras medidas previstas neste Plano.

Reperfilamento do passivo das sociedades operacionais do Grupo Eneva - Em paralelo a este Plano, as Recuperandas envidarão seus melhores esforços para renegociar novas condições e prazos com os credores das sociedades operacionais do Grupo Eneva que não integram a Recuperação Judicial, de modo a adequar o pagamento do passivo de cada sociedade à geração de caixa obtida como operação do respectivo empreendimento.

Fortalecimento da estrutura de capital e balanço - Mediante Aumento de Capital. A fim de fortalecer sua estrutura de capital e balanço, reduzir seu endividamento e receber ativos capazes de contribuir com sua geração de caixa e/ou com seu posicionamento estratégico a Eneva promoverá o aumento de Capital. e a obtenção de Novo Financiamento. Para recompor o capital de giro necessário para a continuidade de suas atividades, pagamento dos Créditos e desenvolvimento de seu plano de negócios, a Eneva buscará a obtenção de novos financiamentos, nos termos dos artigos 67, 84, II, e 149 da LRJ, conforme melhor detalhado na cláusula 6ª do Plano de Recuperação Judicial.

Aumento de capital- operação por meio da qual o montante equivalente à soma (i) da quantia que vier a integrar o Aporte em Espécie (que poderá ser zero), (ii) da integralidade dos Créditos Capitalizados e (iii) da quantia correspondente ao valor global dos Ativos que vier a ser aportado ao capital social da Eneva para fins de integralização das Novas Ações. Para fins deste Plano, estimamos o valor do Aumento de Capital em R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), a ser subscrito e integralizado pelos acionistas, Credores Quirografários, Investidores e pelos titulares de outros bens e direitos que eventualmente venham a ser aceitos pela Eneva para fins de subscrição (segundo seu critério exclusivo de conveniência e oportunidade, sempre em atenção aos objetivos do Plano), observando-se os seguintes valores de referência por modalidade, que poderão variar, para cima ou para baixo, dependendo (i) do número de acionistas da Eneva que exercerem seu respectivo direito de preferência e/ou prioridade, conforme o caso, na subscrição do Aumento de Capital e respectiva forma de subscrição adotada; (ii) do volume de Capitalização dos Créditos pelos Credores

Quirografários; e (iii) da aprovação pela assembleia geral de acionistas do laudo de avaliação de cada um dos Ativos de titularidade dos acionistas, Investidores e/ou Credores Quirografários que optarem por participar do Aumento de Capital mediante a Subscrição com os Ativos:

Forma de participação no Aumento de Capital	Valores de Referência Estimados para fins de participação no Aumento de Capital (em milhões de R\$)
Aporte em Espécie	600
Capitalização dos Créditos	1.100
Subscrição com os Ativos	1.300
Total	3.000

Concessão de Novo Financiamento.- Conforme exposto pelas Recuperandas por meio de petição-convite apresentada nos autos da Recuperação Judicial juntamente com este Plano, as Recuperandas ratificam o convite formulado aos Credores Quirografários para concessão de Novo Financiamento à Eneva, visando a fortalecer a estrutura de capital daquela sociedade, no montante mínimo de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por cada Credor Quirografário, e respeitado o limite global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). A concessão de Novo Financiamento deverá observar a proporção da participação do respectivo Credor Quirografário no montante total dos Créditos Quirografários. Caso algum Credor Quirografário não participe da concessão de Novo Financiamento, os Credores Quirografários concedentes poderão aumentar proporcionalmente sua participação no Novo Financiamento a ser concedido, observando-se em qualquer cenário o limite global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Reestruturação Societária - As Recuperandas poderão, ainda, promover a reestruturação societária do Grupo Eneva, de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da Recuperação Judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação deste Plano.

Alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente - As Recuperandas poderão promover a alienação e/ou a oneração de quaisquer bens que estejam livres e desembaraçados (ou mediante anuência do credor titular de eventual garantia que recaia sobre o bem), integrantes ou não do seu ativo permanente, conforme autorizado expressamente pelo Juízo da Recuperação na forma do artigo 66 da LRJ ou por este Plano, observados os limites estabelecidos na LRJ, neste Plano e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo Eneva com credores não sujeitos à Recuperação Judicial.

Efeitos do Plano

Vinculação do Plano - As disposições do Plano vinculam as Recuperandas e os Credores a partir da Homologação Judicial do Plano, nos termos do art. 59 da LRJ, e os seus respectivos cessionários e sucessores.

Novação - Este Plano implica a novação dos Créditos, que serão pagos na forma estabelecida neste Plano. Por força da referida novação, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste Plano deixarão de ser aplicáveis, sendo substituídas pelas previsões contidas neste Plano.

Ausência de reestruturação dos Créditos por Fiança, Aval ou Obrigação Solidária -. Conforme exposto na petição inicial da Recuperação Judicial, as Recuperandas não pretendem reestruturar, no âmbito de sua Recuperação Judicial, os Créditos decorrentes de operações contraídas diretamente pelas subsidiárias das Recuperandas sediadas no Brasil, por meio de operações nas quais as Recuperandas figuram como fiadoras, avalistas, devedoras solidárias ou de qualquer outra forma coobrigadas ao pagamento da dívida contraída diretamente por uma de suas subsidiárias sediadas no Brasil. Consequentemente, os Créditos por Fiança, Aval ou Obrigação Solidária que venham a ser eventualmente incluídos pela Administradora Judicial na Lista de Credores serão

pagos nas condições originariamente contratadas ou naquelas que eventualmente venham a ser acordadas com o respectivo Credor por Fiança, Aval ou Obrigação Solidária.

Extinção de Ações - Os Credores não mais poderão, a partir da Homologação Judicial do Plano, (i) ajuizar ou prosseguir toda e qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo relacionado a qualquer Crédito contra as Recuperandas; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral relacionada a qualquer Crédito contra as Recuperandas; (iii) penhorar quaisquer bens das as Recuperandas para satisfazer seus Créditos ou praticar qualquer outro ato constitutivo contra tais bens; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos das Recuperandas para assegurar o pagamento de seus Créditos; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às Recuperandas; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos por quaisquer outros meios. Todas as eventuais execuções judiciais em curso contra as Recuperandas relativas aos Créditos serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas.

Quitação- Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos de qualquer tipo e natureza contra as Recuperandas e seus controladores e garantidores, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações.

Formalização de documentos e outras providências - As Recuperandas obrigam-se a realizar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados ao cumprimento e implementação deste Plano e obrigações correlatas.

Extinção e substituição dos avais, fianças e demais formas de Coobrigação - Diante do fato de que, com a Capitalização dos Créditos, os Credores Quirografários que optarem pela Capitalização dos Créditos irão se tornar acionistas da Eneva, os avais, fianças e outras formas de coobrigação outorgadas pelas Recuperandas em favor destes Credores Quirografários serão automaticamente extintas.

Descumprimento do Plano - Em caso de mora, as Recuperandas deverão convocar seus Credores, com a finalidade de deliberar junto a eles em assembleia sobre a medida mais adequada para sanar o descumprimento do Plano. Para fins desta cláusula, haverá mora caso a Eneva descumpra alguma disposição deste Plano e não sane tal descumprimento no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do recebimento, pelas Recuperandas, de notificação enviada pela parte prejudicada com o descumprimento de tal obrigação.

Aditamentos, alterações ou modificações do Plano - Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostas a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelas Recuperandas e aprovadas pela Assembleia de Credores, nos termos da LRJ. Para fins de cômputo, os Créditos deverão ser atualizados na forma deste Plano e descontados dos valores já pagos a qualquer título em favor dos Credores, inclusive mediante Capitalização dos Créditos.

2. Licenças e autorizações

A ENEVA - Em recuperação judicial tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de Dezembro de 2014, a Companhia e suas investidas possuem as seguintes licenças ambientais:

Títular	Empreendimentos	Licenças	Validade
ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO ITAQUI	LO 1.101/2012	26/10/2017
	LINHA DE TRANSMISSÃO	LO 1.061/2011	16/12/2017
PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO PECÉM I	LO 1.062/2012	28/12/2015
	CORREIA TRANSPORTADORA	LO 371/2014	14/05/2018
	LINHA DE TRANSMISSÃO PECÉM I	LO 889/2012	26/09/2015
PECÉM II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO PECÉM II	LO 09/2013	08/02/2016
	LINHA DE TRANSMISSÃO PECÉM II	LO 108/2013	17/07/2016
AMAPARI ENERGIA S.A.	UTE SERRA DO NAVIO (incluindo LT)	LO 172/2013	25/03/2016
TAUÁ GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	USINA SOLAR TAUÁ 1MW - (incluindo LT)	LO 133/2012*	28/02/2014
	USINA SOLAR TAUÁ 4MW	LI 15/2012*	05/03/2014
	USINA SOLAR TAUÁ (45MW)	LP 253/2012	15/08/2015
PARNAÍBA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	MARANHÃO IV E V	LO 559/2012	20/12/2016
PARNAÍBA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	MARANHÃO III	LO 55/2014*	20/02/2018
PARNAÍBA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	MARANHÃO IV E V (fechamento ciclo)	LI 273/2011*	05/12/2013
ENEVA S.A. - Em recuperação judicial	UTE PARNAÍBA I	LI 111/2012*	09/05/2013
ENEVA S.A. - Em recuperação judicial	UTE PARNAÍBA II	LI 003/12*	11/11/2013
PARNAÍBA IV GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	PARNAÍBA IV	LO 415/2013	25/11/2017
PARNAÍBA III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	PARNAÍBA III (MCE NOVA VENECIA 2)	LO 187/2014	23/09/2017
UTE PORTO DO AÇU ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO AÇU II	LP IN 025871	30/12/2015
	LINHA DE TRANSMISSÃO	LI IN 019365	24/04/2015
AÇU III GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	EÓLICA MARAVILHA	LI IN 000208*	22/05/2012
	EÓLICA MUNDÉUS	LI IN 000207*	22/05/2012
ENEVA S.A. - Em recuperação judicial	UTE SUL	LP 332/2009*	22/12/2012
SUL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BARRAGEM SUL	LP 601/2010*	21/05/2012
SEIVAL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	UTE SEIVAL	LI 589/2009*	13/05/2015
SEIVAL SUL MINERAÇÃO LTDA.	MINA DO SEIVAL	LO Nº 9221/2009*	20/10/2013
CENTRAL EÓLICA MORADA NOVA LTDA.	CGE MORADA NOVA	LP 0010/2012	19/03/2016
CENTRAL EÓLICA SÃO FRANCISCO LTDA.	CGE SÃO FRANCISCO	LP 0083/2012	20/03/2016
CENTRAL EÓLICA MILAGRES LTDA.	CGE MILAGRES	LP 0084/2012	20/03/2016
CENTRAL EÓLICA SANTA LUZIA LTDA.	CGE SANTA LUZIA	LP 0085/2012	20/03/2016
CENTRAL EÓLICA PEDRA VERMELHA I LTDA.	CGE PEDRA VERMELHA I	LP 0090/2012	19/03/2016
CENTRAL EÓLICA ASA BRANCA LTDA.	CGE ASA BRANCA	LP 0091/2012	19/03/2016
CENTRAL EÓLICA SANTO EXPEDITO LTDA.	CGE SANTO EXPEDITO	LP 0092/2012	19/03/2016
CENTRAL EÓLICA PEDRA VERMELHA II LTDA.	CGE PEDRA VERMELHA II	LP 0093/2012	19/03/2016
CENTRAL EÓLICA PAU D'ARCO LTDA	CGE PAU D'ARCO	LP 0184/2013	26/04/2015
CENTRAL EÓLICA PEDRA ROSADA LTDA	CGE PEDRA ROSADA	LP 0187/2013	02/05/2015
CENTRAL EÓLICA PAU BRANCO LTDA	CGE PAU BRANCO	LP 0189/2013	10/05/2015
CENTRAL EÓLICA ALGAROBA LTDA	CGE ALGAROBA	LP 0186/2013	06/05/2015
CENTRAL EÓLICA UBAEIRA I LTDA	CGE UBAEIRA I	LP 0188/2013	10/05/2015
CENTRAL EÓLICA UBAEIRA II LTDA	CGE UBAEIRA II	LP 0185/2013	06/05/2015
CENTRAL EÓLICA SANTA BENVINDA I LTDA	CGE SANTA BENVINDA I	LP 0183/2013	23/05/2015
CENTRAL EÓLICA SANTA BENVINDA II LTDA	CGE SANTA BENVINDA II	LP 0191/2013	10/05/2015
CENTRAL EÓLICA BOA VISTA I LTDA	CGE BOA VISTA I	LP 0268/2013	18/06/2015
CENTRAL EÓLICA BOA VISTA II LTDA	CGE BOA VISTA II	LP 0270/2013	18/06/2015
CENTRAL EÓLICA BONSUCESSO LTDA	CGE BONSUCESSO	LP 0271/2013	18/06/2015
CENTRAL EÓLICA PEDRA BRANCA LTDA	CGE PEDRA BRANCA	LP 0269/2013	18/06/2015
CENTRAL EÓLICA OURO NEGRO LTDA	CGE OURO NEGRO	LP 0071/2014	11/04/2016

(*) A renovação dessas licenças ambientais foi requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, prorrogando - as automaticamente até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. (Lei Complementar 140/2011, art. 14, § 4º).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, ajustado ao valor de realização quando aplicável, com exceção de determinados instrumentos financeiros mantidos a valor justo, incluindo instrumentos derivativos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - impairment. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$ 26.192, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao ativo diferido seu e das controladas naquela data. Consequentemente, a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os patrimônios líquidos individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2014 é:

	2014
Patrimônio líquido - Controladora	1.143.016
Ativo diferido - Lei nº 11.941/09	(7.759)
Patrimônio líquido - Atribuível aos controladores	<u>1.135.257</u>

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- (ii) Alteração ao CPC 38/IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração" - esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.
- (iii) Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.
- (iv) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.
- (v) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.
- (vi) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1o de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente) e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas abaixo:

	Participação Controladora	
	2014	2013
Controladas diretas e indireta (consolidadas)		
Pecém II Participações S.A.	50,00%	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	99,70%
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	70,00%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
Parnaíba Geração de Energia S.A.	70,00%	70,00%
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	99,99%	99,99%
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.		70,00%
ENEVA Investimentos S.A.	99,99%	99,99%
ENEVA Desenvolvimento S.A.	99,99%	99,99%
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de		
Investimento Multimercado Crédito Privado FICFI RF CP Eneva	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX	100,00%	100,00%

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor

justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas ligadas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(a) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado (conforme descrito na nota explicativa nº 11).

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. A moeda funcional da controlada em conjunto MPX Chile Holding Ltda é o Peso chileno (MPX Chile Holding Ltda.), em função de seu plano de negócios, ambiente econômico e, principalmente, em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2014, a baixa integral da sua participação na controlada em conjunto MPX Chile Holding, conforme descrito na nota explicativa nº11.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da MPX Chile Holding Ltda (a qual não é moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

4.3 Ativos financeiros

4.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo

de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

4.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

4.3.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 18. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Receita ou despesa financeira".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por hedge). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Receita ou despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira".

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais".

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira".

4.3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

4.3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

4.3.7 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos os encargos de amortização e as perdas acumuladas por impairment. O prazo de amortização do ágio vinculado a concessão é o período de autorização da planta. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e possuem vida útil finita, são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor de recuperável, quando aplicável. Os outros ativos intangível estão representados, principalmente por outorgas de contratos de geração de energia adquiridos de terceiros.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. Software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (conforme demonstrado na nota nº13). Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos lucros levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

4.3.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.3.9 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e

que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja

controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), quando as opções são exercidas.

(b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

4.3.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.3.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de energia

A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixa e parcela variável de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

4.3.14 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4.3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4.3.16 Subvenção da Conta de Consumo de Combustível - CCC

Esta subvenção tem por objetivo cobrir parte dos elevados custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, cujos recursos são provenientes da Conta de Consumo de Combustível (CCC).

Corresponde a uma receita de subvenção recebida referente ao combustível requisitado e pago por conta da CCC.

4.3.17 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (impairment) dos ativos não circulantes

A Companhia testa eventuais perdas (impairment) nos ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.5.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos a cerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

(b) Valor justo de derivativos e das opções (remunerações baseadas em ações)

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou metodologia própria para cálculo de valor justo dos derivativos e das opções outorgadas, instrumentos estes não negociados em mercados ativos.

6. Caixa e Equivalente de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e bancos	4.055	396	44.229	16.493
Fundo de Investimento FICFI RF CP Eneva (a)	68.447	109.647	85.084	202.444
CDB (b)		113	28.006	58.645
	<u>72.502</u>	<u>110.156</u>	<u>157.318</u>	<u>277.582</u>

(a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado FICFI RF CP Eneva administrado pelo Banco Itaú, cuja carteira é composta principalmente por Certificados Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,89% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 100% de operações compromissadas, em 31 de dezembro de 2014.

A utilização de recursos existentes é basicamente para investimentos em capex, o custeio de suas atividades administrativas e operacionais.

(b) Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha. As empresas que detêm esses valores são as controladas Pecém II Geração de Energia S.A. e Itaquí Geração de Energia S.A.

Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
BNDES - Porto do Pecém	41	38	41	38
BNDES/BNB - Itaquí (a)	-	-	37.423	64.811
BNDES/BNB - Pecém II (b)	-	-	-	19.682
BNDES - Parnaíba (c)	-	-	24.648	34.044

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Outros	-	-	-	69
	<u>41</u>	<u>38</u>	<u>62.111</u>	<u>118.644</u>
Circulante	41	38	41	38
Não circulante	-	-	62.070	118.606

(a) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas aos contratos de financiamento entre a controlada Itaqui Geração de Energia S.A., o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o BNDES.

(b) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas aos contratos de financiamento entre a controlada Pecém II Geração de Energia S.A., o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o BNDES. Como parte de um conjunto de medidas para o fortalecimento da estrutura de capital da Eneva - Em recuperação judicial, Pecém II Geração de Energia S.A., foi parcialmente classificada como disponível para venda e a partir do 2º trimestre de 2014 deixou de ser consolidada (conforme descrito na nota 12).

(c) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas ao contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada Parnaíba Geração de Energia S.A.

8. Contas a receber e conta consumo de combustível

	Consolidado	
	2014	2013
Amapari Energia S.A.	(a) -	40.273
Itaqui Geração de Energia S.A.	(b) 86.295	85.026
Parnaíba Geração de Energia S.A.	(b) 136.677	110.113
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	(b) 81.876	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	(b) -	89.786
	<u>304.848</u>	<u>325.198</u>
Circulante	-	325.198
Não circulante	-	-

(a) O Contas a receber de Amapari é composto de três grupos: 1) Faturamento de energia, fornecida à Zamin Ferrous S.A, realizados no ano-calendário de 2014 no montante de R\$28.003; 2) Saldo a receber de subsidio CCC- tributos junto à Eletrobrás no montante de R\$9.101; e 3) ressarcimento referente à CCC combustíveis do período de novembro de 2008 à maio de 2009.

Diante do agravamento da situação econômico-financeira de seu único cliente, com a cessação dos pagamentos das faturas comerciais que acabaram levando a um quadro da parada de suas operações e rescisão do contrato, com data de 21.11.14, em virtude da inadimplência do mesmo, foi ajuizada ação de execução objetivando o recebimento dos créditos descritos no item (1). Em função deste cenário, 100% destes valores foram provisionados no exercício de 2014. No tocante ao item (2) diante da falta de perspectiva para o recebimento destas verbas, retratados nas inúmeras correspondências enviadas à Eletrobras, optou-se por igualmente provisionarem-se os valores.

Para o item (3) o mesmo foi provisionado no exercício de 2013, uma vez que tal direito é objeto de ação movida pela sociedade em face da ANEEL, e caso a mesma seja julgada improcedente, será objeto de cobrança à Zamin, em função da previsão de cláusula no contrato de fornecimento de energia, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro.

(b) O saldo corresponde ao contas a receber das controladas Itaqui Geração de Energia S.A. em atendimento ao contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), firmado junto a ANEEL, no montante de R\$ 86.295 (R\$ 85.026 em 31 de dezembro de 2013) e Parnaíba Geração de Energia S.A., no montante de R\$ 136.677 (R\$ 110.113 em 31 de dezembro de 2013), também em atendimento ao CCEAR

firmado junto a ANEEL. A controlada Parnaíba II Geração de Energia R\$ 81.876 referente à venda de energia no mercado livre. Como parte de um conjunto de medidas para o fortalecimento da estrutura de capital da Eneva - Em recuperação judicial, Pecém II Geração de Energia S.A., foi parcialmente vendida e integralizada em Pecém II Participações e a partir do 2º trimestre de 2014 deixou de ser consolidada (conforme descrito na nota 12). e Parnaíba II Geração de Energia S.A.

O Contas a receber vencido representa 4,16% e não foram provisionados pois a Companhia avalia o risco de perda como remoto.

9. Estoques

		Consolidado	
		2014	2013
Óleo diesel/lubrificante	(a)	6.909	12.685
Carvão	(b)	61.209	49.070
Peças eletrônicas e mecânicas	(c)	31.067	16.621
		99.185	78.376

(a)O saldo é composto pelos reservatórios de óleo diesel e óleo lubrificante utilizado como insumos na geração de energia elétrica pelas controladas Amapari Energia S.A.(R\$ 4.249), Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 2.660). A controlada Amapari Energia S.A. possui contrato com obrigação de aquisição ("take or pay") com a BR Distribuidora S.A., com a obrigação de adquirir uma quantidade mínima de óleo diesel, equivalente a 3.600 m³ mensais, por um preço fixado, ou de efetuar um pagamento mesmo que esta quantidade não tenha sido adquirida. Caso a obrigatoriedade do contrato seja exercida, resultará na aquisição do óleo diesel utilizado como insumo pela Companhia. A Companhia registrou uma provisão, na conta de fornecedores, referente à diferença entre a quantidade adquirida e a quantidade mínima obrigatória em contrato, em contrapartida do estoque. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo desta provisão é de R\$ 3.615 (R\$ 8.481 em 31 de dezembro de 2013). Esta provisão é atualizada semestralmente conforme definido no contrato de fornecimento de óleo diesel. No novo contrato estabelece um reconhecimento e compromisso de consumo de 17.000 m³ que corresponde a parcela remanescente a ser consumida.

(b)O saldo é composto pelo estoque de carvão utilizado como insumo na geração de energia elétrica pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 61.209). O carvão foi adquirido para a operação, bem como para a formação de estoque de segurança da planta com vistas às operações comerciais.

(c)O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pelas controladas: Amapari Energia S.A. (R\$ 3.356), Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 16.518), , Parnaíba Geração de Energia S.A. (R\$ 7.479) e Parnaíba II Geração de Energia S.A. (R\$ 3.714).

10. Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de renda retido na fonte	(b)	2.815	3.533	8.206	12.161
Antecipação de imposto de renda		-	-	5.080	3.687
Antecipação de contribuição social		-	-	1.756	2.857
Antecipação de contribuição social - ano anterior	(a)	462	462	2.562	464
Imposto de renda retido na fonte - ano anterior	(b)	-	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte - mútuo		6.695	13.728	7.342	13.727
ICMS		-	-	254	1.994
PIS		47	-	866	1.727
COFINS		216	1	3.975	7.956
Outros		15	1.244	2.381	3.153
		45.492	32.916	69.929	62.265
Circulante		12.255	25.701	32.354	47.651
Não circulante		33.237	7.215	37.575	14.614

(a) É representado pelas antecipações de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro recolhidos ao longo do exercício e do exercício anterior. Serão compensadas com o imposto de renda e a contribuição social, apurados com base no regime do lucro real.

(b) O saldo de imposto de renda retido na fonte refere-se a retenções sobre aplicações financeiras e operações de mútuo com partes relacionadas. Esses saldos serão compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Nas empresas controladas, o imposto diferido foi mantido, por conta da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, as mesmas são revisadas durante o exercício pela Companhia. A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT), para que as alterações introduzidas pela [Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007](#), e pelos artigos 37 e 38 da [Lei nº 11.941, de 2009](#) (que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), não tenham efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela [Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009](#). A Lei em questão altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -

CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins já em 2014 para as empresas que optarem pelas aplicações contidas na referida lei. Para o ano de 2014 as empresas da Eneva S.A. - Em recuperação judicial não irão optar pelos efeitos da lei, sendo somente obrigatório a adoção a partir de janeiro de 2015.

A Companhia e suas controladas não farão a opção prevista na Lei 12.973, bem como entendemos que a mesma não traz nenhuma alteração fiscal a ser consignada nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo diferido - não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	219.713	302.327
	<u>219.713</u>	<u>302.327</u>
Passivo diferido - não circulante		
Diferenças temporárias - RTT	10.978	9.591
	<u>10.978</u>	<u>9.591</u>

Composição do imposto diferido por empresa:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Controladora		
Pecém II	-	85.708
Itaqui	192.127	192.127
Amapari	-	1.783
Parnaíba	12.009	14.006
Parnaíba II	15.577	8.703
	<u>192.127</u>	<u>192.127</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>219.713</u>	<u>302.327</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 31 de dezembro de 2014 , os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31 de dezembro de 2014	
	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do período antes do IRPJ/CSLL	(1.507.182)	(1.667.656)
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(512.442)	(567.003)
Resultado de equivalência patrimonial	220.462	
Diferenças permanentes	(7.254)	(6.749)
Ativo fiscal não constituído (*)	299.234	574.755
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente		1.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(235)
Total imposto		1.003
Taxa efetiva - %	0,00%	(0,06%)

(*) Refere-se, basicamente, a (i) parcela de impostos diferidos de controladas que não foi registrado devido a incerteza quanto a sua avaliação .

	31 de dezembro de 2013	
	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do período antes do IRPJ/CSLL	(828.055)	(933.269)
Alíquota nominal - %	34	34
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(281.539)	(317.311)
Ativo fiscal não constituído (*)	117.405	40.211
Provisão para impairment de crédito tributário(a)	114.400	114.400
Diferenças permanentes	164.134	173.853
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente		3.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos	114.400	7.408
Total imposto	114.400	11.152
Taxa efetiva - %	(13,82%)	(1,19%)

(*) Refere-se, basicamente, a (i) parcela de impostos diferidos de controladas que não foi registrado devido a incerteza quanto a sua avaliação.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2015, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	14.569	16.696	17.347	16.124	27.490	40.822	30.818	39.524	5.346	208.735

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

11. Investimentos

(a) Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Participações societárias	2.228.044	3.130.881	733.831	941.758
Futura aquisição de Investimento	95	95	95	95
	<u>2.228.139</u>	<u>3.130.978</u>	<u>733.927</u>	<u>941.853</u>

(b) Participações societárias

As participações societárias da Companhia incluem as controladas, controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos dos principais grupos de contas das empresas participações societárias são os seguintes:

Participações societárias	Participação no Capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	31 de dezembro de 2014
							Resultado
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	212.967	2.453.975	256.743	1.541.097	869.102	(419.614)
Amapari Energia S.A.	51,00%	25.647	443	28.153	1.165	(3.228)	(102.877)
UTE Porto do Açú Energia S.A.	50,00%	1.040	45.283	6	2.316	44.001	(3.016)
Seival Sul Mineração Ltda.	30,00%	471	4.863	-	20	5.314	(739)-
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	65	13.923	-	840	13.147	(69)
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	9	400	1	2.726	(2.318)	(5)
Parnaíba I Geração de Energia S.A	70,00%	206.354	1.179.035	199.311	715.373	470.705	35.961
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	2.941	186	550	-	2.577	1.679
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	399	118	4	-	513	15
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	50,00%	2.976	1.413	1.396	2.641	352	(63)
Seival Participações S.A.	50,00%	13	63.120	1	23.639	39.494	(67)
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	113.192	1.267.631	906.644	11.912	462.268	(13.797)
ENEVA Participações S.A. - Em recuperação	50,00%	65.981	355.518	72.824	126.722	221.953	(62.416)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

judicial

Açú II Geração de Energia S.A.	50,00%	28	5.229	6	579	4.672	10
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	107.864	651.878	177.202	326.953	255.586	(16.651)
Pecém II Participações S.A.	50,00%	2.420	753.917	2.735	-	753.601	(44.614)
ENEVA Investimentos S.A.	99,99%	2			11	(9)	
ENEVA Desenvolvimento S.A.	99,99%	6	166	10	502	(340)	(151)
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100,00%	8	477	-	44	442	(239)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	40.456	50.136	64.547	25.998	47	(32.256)

**31 de
dezembro de
2013**

Participações societárias	Participação no capital em %	Ativo circulant e	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimôn io líquido	Resultado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	290.867	3.906.638	548.838	2.487.934	1.160.73	
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	170.228	2.029.084	221.660	1.346.518	2	(282.342)
						631.134	(46.331)
						1.067.60	
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	153.100	2.924.724	285.496	1.724.724	3	(250.736)
Amapari Energia S.A.	51,00%	62.105	69.205	31.608	52	99.649	(3.619)
UTE Porto do Açú Energia S.A.	50,00%	7.341	51.248	6.064	3.124	49.402	(4.296)
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	477	4.840	-	22	5.295	(792)
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	29	13.947	8	832	13.136	(521)
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	9	400	(4)	2.726	(2.313)	(2)
Parnaíba I Geração de Energia Ltda.	70,00%	158.288	1.264.731	265.826	768.997	388.195	152
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	1.274	98	474	-	899	222
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	368	130	-	-	498	410
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	3.263	-	491	2.357	415	(324)
Seival Participações S.A.	50,00%	30	61.695	6	22.469	39.251	(624)
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	62.301	1.163.940	594.757	303.322	328.163	(16.806)
Eneva Participações S.A. - Em recuperação judicial	50,00%	116.364	388.463	203.084	44.480	257.263	(26.952)
Açú II Geração de Energia S.A.	50,00%	259	4.782	12	367	4.662	(4)
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	200.833	399.256	233.955	85.464	206.788	14.076
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	99,99%	9	-	1	108	(100)	(111)
Parnaíba Gas Natural S.A.	33,33%	258.196	1.100.395	1.134.315	68.572	155.704	12.640
Eneva Investimentos S.A.	99,99%	2	-	-	11	(9)	(12)
Eneva Desenvolvimento S.A.	99,99%	8	303	10	490	(189)	(201)
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100,00%	64	69	(506)	44	596	(230)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	55.866	48.871	69.331	35.378	28	(94.169)

O saldo da conta de investimentos está apresentado a seguir:

Investimentos		Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	(e)	-	580.367	(123)	580.240
Pecém II Geração de Energia S.A.	(c)	-	631.135	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.		859.102	979.903	-	-
Ágio por rentabilidade futura		15.470	15.001	-	-
Amortização Ágio por rentabilidade futura		(980)		-	
Amapari Energia S.A.	(a)	-	50.821		-
UTE Porto do Açú Energia S.A.		21.271	24.701	13.957	17.386
Seival Sul Mineração Ltda.		1.594	3.707	1.275	-
Sul Geração de Energia Ltda.		6.573	6.569	6.573	6.249

Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.		1.288	449	1.288	449
Parnaíba Gás Natural S.A.	(b)	95.889	51.899	95.889	51.899
Tauá II Geração de Energia Ltda.		442	-	442	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.		197.844	172.637	-	-
OGMP Transporte Aéreo Ltda.		258	277	258	277
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. - PO&M		176	207	176	207
Seival Participações S.A.		19.727	19.625	19.727	19.625
Açú II Geração de Energia S.A.		2.336	2.331	2.336	2.331
Eneva Participações S.A. - Em recuperação judicial		67.101	97.685	67.101	97.685
Parnaíba II Geração de Energia S.A.		415.018	328.162	-	-
Pecém II Participações	(c)	367.909	-	367.909	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.		-	-	-	-
Parnaíba Participações S.A.		95.003	103.393	95.003	103.393
Eneva Investimentos S.A.		-	-	-	-
Prêmio de subscrição		62.000	62.000	62.000	62.000
MABE do Brasil		21	14	23	14
Futura aquisição de investimento		95	95	95	95
MPX Chile Holding Ltda.	(d)	-	-	-	-
		2.228.139	3.130.977	733.927	941.853

- (a) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do investimento com as controladas ENEVA Desenvolvimento S.A., Amapari Energia S.A. e Termopantanal Participações Ltda. encontra-se classificado no passivo não circulante na conta de passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo dessas empresas.
- (b) Em 30 de outubro de 2013, foi aprovada em AGE a alteração do nome da coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. para Parnaíba Gás Natural S.A. Em 19 de fevereiro de 2014, foi concluído o aumento de capital de sua coligada Parnaíba Gás Natural S.A., no valor de R\$ 250 milhões. O Aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela Cambuhy e pela E.ON, conforme fato relevante de outubro de 2013. Como resultado do aumento de capital a participação da ENEVA S.A. - Em recuperação judicial passou de 33,33% para 18,18%.
- (c) Em 12 de maio de 2014 a Eneva S.A. - Em recuperação judicial publicou, mediante fato relevante ao mercado, a intenção de alienar entre 50% e 100% das ações de emissão da sua controlada Pecém II Geração de Energia S.A., por meio de um processo competitivo com a participação de potenciais interessados. A E.ON se obrigou a conceder uma garantia backstop pela qual, sujeito a determinadas condições suspensivas, incorporará indiretamente até 50% da totalidade das ações de emissão da Pecém II., bem como um empréstimo intercompany concedido pela ENEVA - Em recuperação judicial a Pecém II, por meio de uma sociedade de propósito específico a qual terá E.ON e ENEVA como acionistas.

Como resultado da Venda Parcial de Pecém II, a ENEVA - Em recuperação judicial recebeu aproximadamente R\$408 milhões por 50% das ações de emissão de Pecém II e pela cessão de parte dos créditos relacionados a um empréstimo intercompany concedido originalmente pela ENEVA - Em recuperação judicial à Pecém II. Os montantes envolvidos nesta operação estão apresentados no quadro abaixo:

	Participação acionária (50%)	Empréstimo Intercompany (50%)	Valor de Venda	Ganho na alienação
Pecém II	303.913	75.000	408.000	29.087

Com a conclusão da Venda Parcial de Pecém II, a ENEVA - Em recuperação judicial e a E.ON se tornaram acionistas, cada uma com 50% de participação, de uma sociedade de propósito específico, a qual detém 100% das ações emitidas por Pecém II.

No contexto da transação, as partes se concederam opções de compra dos 50% remanescentes de Pecém II.

Até 31 de maio de 2014 a Pecém II era consolidada integral, a partir de 30 de junho de 2014 deixamos de consolidá-la, reconhecendo os seus efeitos via equivalência patrimonial

- (d) Em 09 de dezembro de 2014 a MPX Chile Holding celebrou contrato de venda da sua participação, no capital social da CGX Castilla Generación S.A., transferindo o controle desta entidade para duas empresas controladas diretamente pela EBX Holding Ltda (REX Inversiones S.A. e REX Inversiones II S.A.). Após firmada a venda a Eneva S.A. optou por baixar o saldo de investimento mantido na MPX Chile Holding Ltda. Essa operação gerou uma perda de R\$ 4 milhões.
- (e) Em 09 de dezembro de 2014 a Eneva S.A. - Em recuperação judicial publicou, mediante fato relevante ao mercado, que celebrou contrato de venda da totalidade da participação da Companhia na sua subsidiária Porto do Pecém Geração de Energia S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas:

O saldo da conta de investimentos está apresentado a seguir:

Investimentos	Participação	Atribuído aos não controladores			
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Amapari Energia S.A.	51%	(3.228)	(102.877)	(1.582)	(50.410)
Parnaíba I Geração de Energia	70%	470.705	35.961	141.211	10.788
Termopantanal Participações	67%	(2.318)	(5)	(772)	(2)
Total				138.857	(39.624)

(c) Mutação do investimento

	%	Saldo em 31/12/20 13	Integraliz a��o de capital	Equival� �ncia	Resultado Operação Descontiu ada	Perda na Alienação de Participa�� �o	Redu�� o de capital	Varia�� o Cambia l	Ajuste de Avalia ��o Patrim onial	Ajuste participa�� �o societária	Amo rtiza ��o	Saldo em 31/12/201 4
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	580.366		-	(116.314)	(469.300)	-		5.248			(0)
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	631.134		(23.308)						(303.913)		0
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	979.903	298.700	(419.501)								859.102
Ágio por rentabilidade futura		15.470		-								15.470
Amortização �gio por rentabilidade futura		(469)									(511)	(980)
UTE Porto do Açu Energia S.A.	50,00%	24.701	1.578	(1.508)			(3.500)					21.271
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	3.706	531	(2.643)								1.594
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	6.568	40	(35)								6.573
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	449		839								1.288
Parnaíba Gás Natural S.A.	33,30%	51.899		43.990								95.889
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100,00%	-		442								442
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	70,00%	172.637		25.207								197.844
OGMP Transporte Aereo	50,00%	277	150	9			(178)					258
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. - PO&M	50,00%	207		(31)								176
Seival Participações S.A.	99,90%	19.625	135	(33)								19.727
A�� II Geração de Energia S.A.	50,00%	2.331		5								2.336
Eneva Participações S.A. - Em recuperação judicial	50,00%	97.685		(30.566)				(1.107)	1.089			67.101
Pr�mio de Subscrição		62.000										62.000
Parnaíba Participa��es S.A.	50,00%	103.394		(8.391)								95.003
Pec�m II Participa��es	50,00%		86.303	(22.307)						303.913		367.909
MABE do Brasil	50,00%	14		6								20
Eneva Investimentos S.A.	99,99%	-		-								-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	328.163	100.000	(13.145)								415.018
Futura aquisição de investimento		95										95
MPX Chile Holding Ltda.	50,00%	-	2.878			(2.878)						-
		<u>3.080.157</u>	<u>490.315</u>	<u>(450.970)</u>	<u>(116.314)</u>	<u>(472.178)</u>	<u>(3.678)</u>	<u>(1.107)</u>	<u>6.338</u>	<u>-</u>	<u>(511)</u>	<u>2.228.139</u>

Controladora

2013

Investimento	%	Saldo em 31 de dezembr o de 2012	Integraliza�� o de capital	Equival��ci a	Ganho com aumento de participa�� o	Redução de capital	Varia�� o cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	Cisão	Amortiza�� o	Saldo em 31 de dezembr o de 2013
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00	611.561	98.600	(141.171)				11.379			580.366
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00	449.104	227.400	(46.331)	961						631.134
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00	551.549	694.560	(250.736)						(469)	994.904
Amapari Energia S.A.	51,00	52.872		(2.051)							50.821
Porto do Açu Energia S.A.	50,00	27.251	4.850	(7.400)							24.701
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00	3.511	750	(554)							3.707
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00	6.599	230	(261)							6.568
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00	338	-	111							449
Parnaíba Gás Natural S.A.	33,30	31.861	15.825	4.213							51.899
Parnaíba Geração de Energia S.A.*	70,00	231.101	33.600	106				(92.170)			172.637
OGMP Transporte Aereo	50,00	6.823	250	205		(7.000)					278
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. - PO&M	50,00	367		(162)							207
Seival Participações S.A.	99,90	19.365	573	(312)							19.626
A�� II Energia S.A.	50,00	2.133	200	(2)							2.331
ENEVA Participações S.A.	50,00	128.406		(15.074)			267		46.085		159.685
Parnaíba Participações S.A.	50,00	6.917	43.355	7.036					46.085		103.393
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	99,99	1	(1)								0
MABE do Brasil	50,00		14								14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Eneva Tauá II Energia Solar Ltda.

Eneva "Em recuperação judicial"	100,00	%	1	(1)						0
ENEVA Investimentos S.A.	99,99									
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00		85.254	259.715	(16.806)					328.163
Futura aquisição de investimento			95							95
			<u>2.215.107</u>	<u>1.379.922</u>	<u>(469.189)</u>	<u>961</u>	<u>(7.000)</u>	<u>267</u>	<u>11.379</u>	<u>(469) 3.130.978</u>

(*) O efeito se refere da transferência da turbina de Parnaíba I para Parnaíba III.

12. Ativo mantido para venda e Operação descontinuada

Em 09 de dezembro de 2014 a Eneva S.A. - Em recuperação judicial publicou, mediante fato relevante ao mercado, que celebrou contrato de venda da totalidade da participação da Companhia na sua subsidiária Porto do Pecém Geração de Energia S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A..

Esta venda compreende o pagamento de R\$300 milhões pela participação de 50% do capital social de Porto do Pecém, referente às ações detidas pela Eneva - Em recuperação judicial nesta data e pela futura capitalização de créditos concedidos originalmente pela Eneva - Em recuperação judicial à Porto do Pecém, no valor total de R\$391 milhões, a ser efetivada no fechamento da transação.

A venda apenas será efetivada após o cumprimento de condições precedentes, dentre elas à aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em decorrência do descrito acima realizamos, em 31 de dezembro de 2014, a classificação do montante registrado em investimento, mútuo ativo e créditos referentes a compra de energia e carvão para o ativo circulante, na rubrica de ativo mantido para negociação. Essa classificação foi avaliada e ratificada com base nos requisitos do CPC 31 – Ativo não circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. O registro do ativo circulante – ativo mantido para negociação foi realizado pelo valor justo da transação (R\$ 300 milhões), e a variação gerada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo desses ativos foi registrada na Demonstração de Resultado do Exercício, sendo apresentada sob a forma de operação descontinuada.

Os efeitos gerados por essa operação descontinuada, no exercício de 2014, são os seguintes:

Quadro de operação descontinuada

	Resultado de equivalência 2014	Valor contábil dos ativos ^(*)	Valor de realização	Perda na venda do operação descontinuada
Porto do Pecém	(116.314)	860.665	300.000	(560.665)

(*) O valor contábil dos ativos envolvidos nesta transação é composto por: (i) Participação no capital social (50%), no montante de R\$469 milhões; (ii) Créditos referentes a compra de carvão e energia, no montante de R\$210 milhões e (iii) Créditos referentes a contrato de mútuo, no montante R\$181 milhões. Como previsto em contrato esses ativos serão considerados quando da liquidação da operação.

Tais recursos serão utilizados para o fortalecimento da posição de caixa da Companhia e, assim, permitir o avanço das medidas necessárias para a adequação da sua estrutura de capital, não obstante a preservação dos seus interesses e de seus stakeholders.

13. Imobilizado

(a) Composição dos saldos

Consolidado

Imobilizado em serviço

dez-14

		Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Impairment	Total
		4	7	17	20	10				
Tx Depreciação % a.a.										
Custo										
Saldo em	31/12/2013	7.845	2.119.535	1.701.700	4.880	1.694	8.226	1.191.727	-	5.035.606
Saldo em	31/12/2013	7.845	2.119.535	1.701.700	4.880	1.694	8.226	1.191.727	-	5.035.606
Adições		167	548	34.084	923	125	988	41.293	-	78.128
Baixas		-	-	(13)	-	(237)	(1)	(2.001)	(444.221)	(446.474)
Transferências		(167)	588.096	604.118	9	-	8	(1.192.051)	-	12
Saldo em	31/12/2014	7.845	2.708.179	2.339.889	5.812	1.582	9.221	38.968	(444.221)	4.667.272
Depreciação										
Saldo em	31/12/2013	-	(58.240)	(73.929)	(1.620)	(591)	(2.198)	-	-	(136.576)
Saldo em	31/12/2013	-	(58.240)	(73.929)	(1.620)	(591)	(2.198)	-	-	(136.576)
Adições		-	(61.454)	(68.737)	(329)	(324)	(848)	-	-	(131.692)
Baixas		-	-	-	-	191	-	-	24.274	24.465
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em	31/12/2014	-	(119.694)	(142.666)	(1.949)	(724)	(3.046)	-	24.274	(243.805)
Valor Contábil										
Saldo em	31/12/2013	7.845	2.061.295	1.627.771	3.260	1.103	6.028	1.191.727	-	4.899.030
Saldo em	31/12/2014	7.845	2.588.485	2.197.223	3.863	858	6.175	38.968	(419.947)	4.423.467

2013

	Terrenos	Edificações, obras cíveis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Gasoduto	Provisão para perda Impairment	Custo de desmanteamento	Imobilizado em curso	Cisão	Total
Taxa de depreciação % a.a.	4	7	17	20	10							
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.113	18.471	75.162	4.586	1.294	6.269	12.169	(12.169)	3.993	5.478.044		5.590.931
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.113	18.471	75.162	4.586	1.294	6.269	12.169	(12.169)	3.993	5.478.044		5.590.931
Adições		40.522	33.767	485	584	1.865			(39)	1.441.983	(124.118)	1.395.050
Baixas		(7.742)	(1.241)	(3)	(120)	(54)						(9.160)
Transferências	4.732	3.107.904	2.491.383	35		354				(5.603.522)		885
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.845	3.159.154	2.599.071	5.104	1.757	8.434	12.169	(12.169)	3.954	1.316.505	(124.118)	6.977.706

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Depreciação												
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(1.496)	(15.826)	(1.280)	(434)	(1.500)						(20.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(1.496)	(15.826)	(1.280)	(434)	(1.500)						(20.535)
Adições		(67.470)	(69.376)	(432)	(307)	(749)						(138.335)
Baixas		518			93	6						616
Transferências												
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(68.448)	(85.202)	(1.712)	(649)	(2.243)						(158.254)
Valor contábil												
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.113	16.975	59.336	3.306	860	4.769	12.169	(12.169)	3.993	5.478.044		5.570.399
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.845	3.090.707	2.513.869	3.392	1.109	6.190	12.169	(12.169)	3.954	1.316.505	(124.118)	6.819.454

Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, às UTE's Amapari Energia S.A., Itaqui, Parnaíba I e Parnaíba II que entraram em operação em novembro de 2008, fevereiro de 2013, outubro de 2013 e dezembro de 2014 respectivamente. A depreciação dos ativos é baseada no prazo de concessão e o cálculo é realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012. Para a parcela estimada dos investimentos realizados e não depreciados até o final da concessão, é calculada uma nova taxa de depreciação ou amortização e mensalmente contabilizados em resultado, para ao final da concessão obter valor residual igual à zero.

Edificações, obras civis e benfeitorias

Refere-se, basicamente, as UTE's Itaqui e Parnaíba I que entraram em operação em fevereiro 2013 e outubro de 2013 respectivamente. A depreciação segue o mesmo procedimento e critério descritos no item Máquinas e equipamentos.

Imobilizado em curso

As UTE's Parnaíba I e II assinaram com a Duro Felguera do Brasil Desenvolvimento de Projetos Ltda. e Initec do Brasil Engenharia e Construções Ltda. respectivamente, contratos EPC (Engineering, Procurement and Constrution) na modalidade de empreitada global para construção das respectivas usinas.

Os gastos incorridos com adiantamentos realizados para reservas e aquisições de equipamentos para a construção da usina termelétrica da empresas Itaqui Geração de Energia S.A e Parnaíba's I e II, são transferidos para imobilizado em serviço em suas respectivas contas, com a obtenção da declaração de operação comercial (DCO). A referida controlada, Itaqui Geração de Energia S.A, assinalou com a MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. contratos EPC (Engineering, Procurement and Constrution) na modalidade de empreitada global para construção das usinas. Conforme estabelecido nos respectivos contratos, sobre cada montante adiantado deverá ser retido o equivalente a 15% a título de garantia para entrega da usina, a ser desembolsado ao longo do exercício de 2013, caso a MABE apresente fianças bancárias, ressaltando que para essa parcela retida do adiantamento não há uma definição prévia quanto à sua aplicação na obra da usina. Em 30 de dezembro de 2014, o montante total das garantias retidas pelas controladas supracitadas corresponde a R\$ 20.945 (R\$ 20.038 em 31 de dezembro de 2013) e encontra-se contabilizado no passivo circulante da controlada e apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Retenções contratuais".

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo remanescente de imobilizado em curso está representado, principalmente pelas compras em andamento e pelo imobilizado reserva das usinas.

Em 31 de dezembro de 2014, os custos dos empréstimos capitalizados consolidados em virtude das imobilizações em andamento somam o montante de R\$ 85.950 (2013 - R\$ 117.926), conforme segue:

	<u>Parnaíba I</u>	<u>Parnaíba II</u>	<u>Itaqui</u>	<u>Pecem II</u>	<u>Total</u>
Taxa média em 2013 (a.a.)	9,5%	10%	8,5%	8,5%	
Valores capitalizados em 2014	-	85.950	-	-	85.950
Valores capitalizados em 2013	6.683	72.328	13.683	25.232	117.926

Impairment

Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo, se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2014 reconhecemos perdas por impairment nas empresas Itaqui Geração de Energia S.A e Amapari Energia S.A., no montante de R\$358.816 e R\$62.017, respectivamente.

Na avaliação de recuperabilidade das Unidades Geradoras de Caixa UGC é utilizado o método do Valor em Uso a partir de projeções que consideram: a vida útil estimada do conjunto de ativos que compõem a UGC; premissas e orçamentos aprovados pela administração da companhia; e taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC).

A companhia realizou avaliação de recuperabilidade da UGC UTE Itaqui e Amapari, com a utilização do valor em uso e constatou a existência de perdas por impairment, no montante de R\$ 359 milhões e R\$ 62 milhões, reconhecidas em outras despesas operacionais, na demonstração de resultado do exercício.

Os fluxos de caixa futuros da subsidiária Itaquí consideraram:

- Itaquí:
 - Horizonte de projeção de 25 anos;
 - Premissas e orçamentos aprovados pela administração da companhia:
 - Disponibilidade média de 85%;
 - Despacho médio de 63%;
 - Custos fixos e variáveis oriundos do MTP oficial da empresa;
 - Perfil da dívida remodelado segundo expectativa de renegociação com bancos;
 - Taxa de desconto pré imposto, que deriva da metodologia do WACC, com estrutura de capital variando ano a ano:
 - Custo da dívida $K_d \cdot (1-T)$ de 7,2%
 - Custo do capital próprio de 15,4%

UGC	Taxa de desconto pré impostos(moeda constante)	Valor em uso	Valor contábil
UTE Itaquí	12%	2.215.717	2.574.533

Em 2013, as avaliações de recuperabilidade dos ativos não indicaram perdas por Impairment.

14. Intangível

(a) Composição dos saldos

Consolidado

Intangível em serviço

		dez-14				
		Licenças e Software de Informática	Ágio na Aquisição de Investimentos	Outorgas e CCEARs	Direito de Uso	Intangível em curso
Tx Amortização % a.a.		20			20	
Custo						
Saldo em	31/12/2013	6.167	15.470	183.448	10.498	6.089
Saldo em	31/12/2013	6.167	15.470	183.448	10.498	6.089
Adições		1.220		(0)	-	89
Baixas		-		-	-	-
Transferências		886		-	5.281	(6.178)
Saldo em	31/12/2014	8.272	15.470	183.448	15.778	-
Amortização						
Saldo em	31/12/2013	(3.031)	(468)	-	(4.792)	-
Saldo em	31/12/2013	(3.031)	(468)	-	(4.792)	-
Adições		(1.283)	(511)	(12.236)	(1.076)	-
Baixas		-		-	-	-
Transferências		-		-	-	-
Saldo em	31/12/2014	(4.314)	(980)	(12.236)	(5.868)	-

Valor Contábil

Saldo em	31/12/2013	3.135	15.002	183.448	5.706	6.089	213.380
Saldo em	31/12/2014	3.959	14.490	171.212	9.910	-	199.572

		2013				
	Licenças de software e informática	Ágio na aquisição de investimentos	Outorgas e CCEARs	Direitos de uso	Intangível de curto prazo	Total
Taxa de amortização % a.a.	20			20		
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.215		183.448	12.900	167	201.730
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.215		183.448	12.900	167	201.730
Adições	5.224	15.470		251	270	21.214
Baixas						
Transferências	6.613			-7.061	-436	-885
Saldo em 31 de dezembro de 2013	17.053	15.470	183.448	6.089		222.059
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-1.965					-1.965
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-1.965					-1.965
Adições	-6.244	-469				-6.713
Baixas						
Transferências						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-8.209	-469				-8.677
Valor contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.251	15.470	183.448	12.861	166	215.236
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.843	15.001	183.448	6.089		213.381

(b) Ágio na aquisição de investimento

Em 14 de outubro de 2008, a Eneva S.A. - Em recuperação judicial adquiriu da EDP Energias do Brasil S.A. 100% das quotas do capital social da Itaqui Geração de Energia S.A. em transação que envolveu a permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. pelas referidas quotas e o consequente registro de um ágio pela Eneva S.A. - Em recuperação judicial no montante de R\$ 15.470 que está sendo apresentado no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora e no grupo do intangível para as demonstrações financeiras consolidadas. Tal ágio está baseado na expectativa da rentabilidade futura e está amortizando pelo prazo estabelecido na autorização da portaria nº 177 do dia 12 de maio de 2008.

(c) Outorgas e CCEARs – Parnaíba I*Parnaíba Geração de Energia S.A.*

Em setembro de 2011, após aprovação da ANEEL, a Eneva S.A. firmou o Contrato de Compra de Outorgas com o Grupo Bertin Energia e Participações S.A., com prazo de 15 anos, para a aquisição das outorgas fornecidas pela ANEEL às UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville (subsidiárias da Bertin Energia e Participações S.A.), para se instalarem como produtoras independentes de energia. Adicionalmente o referido documento determina a cessão dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs) das UTEs para a Eneva S.A.

Cabe destacar que as UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville foram contratadas no leilão de A-5 nº 03/2008- ANEEL, realizado em 31 de dezembro de 2008, onde foi homologado o suprimento de 225 MW (em média) às distribuidoras, cada uma, com um prazo de autorização de 35 anos.

A Eneva S.A. firmou com sua subsidiária Parnaíba Geração de Energia S.A. (“UTE Parnaíba”) o Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações sobre as outorgas compradas do Grupo Bertin Energia e Participações S.A. O referido contrato objetiva ceder de forma gratuita para Parnaíba todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Compra de Outorgas.

A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativos uma vez que está adquirindo ativos intangíveis que são as outorgas e os contratos de comercialização.

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, as quais foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes.

(a) Controlador

O controle da Companhia é exercido em conjunto pelo Sr. Eike Fuhrken Batista e pela DD Brazil Holdings S.À.R.L (empresa 100% controlada pela E.ON AG) , que detém, respectivamente, 19,9% e 42,9% das ações ordinárias.

(b) Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

(c) Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Holding Ltda., E.ON AG e Parnaíba Gás Natural S.A., bem como suas controladas e coligadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Pecém II Geração de Energia S.A. (c)	200.022	324.216	200.414	-
Termopantanal Ltda. (a)	7.683	7.683	-	-
Termopantanal Ltda. (a)	(7.453)	(7.453)	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (a)	457	457	-	-
Amapari Energia S.A..	25	-	-	-
ENEVA Solar Empreendimentos Ltda.	7	-	7	-
ENEVA Comercializadora de Energia S.A. (d)	1.199	653	1.199	14.387
Parnaíba I Geração de Energia S.A. (e)	7.054	5.159	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A. (f)	417.226	404.621	-	-
Sul Geração de Energia S.A. (j)	243	181	243	181
UTE Porto do Açú Energia S.A. (j)	303	241	303.	241
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (k)	5.142	2.977	-	-
ENEVA Comercializadora de Combustível Ltda. (j)	542	327	542	327
Seival Participações S.A. (j)	60	-	60	-
EBX Holding Ltda. (b)	1.134	12.542	1.134	12.542
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (h)	1.778	1.547	1.778	1.547
ENEVA Participações S.A. (k)	10.939	5.341	10.939	5.341
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (i)	-	258.749	-	260.268
ENEVA Desenvolvimento (j)	356	346	-	-
Seival Sul Mineração Ltda. (j)	10	10	-	-
Parnaíba Participações S.A. (o)	-	1.131	-	1.131
ENEVA Investimentos S.A. (j)	11	11	-	-
Pecém II Participações S.A. (k)	-	119	-	-
Tauá II Geração Energia Solar Ltda.	44	44	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (k)	365	-	365	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (l)	76.425	14.219	76.425	14.219
Parnaíba Gás Natural S.A. (m)	61.492	204.794	62.836	206.138
MABE da Brasil (n)	12.804	11.559	12.804	11.559
Seival Geração de Energia S.A.	185	195	185	196
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital para controladas (g)	248.000	206.678	26.250	150
	1.046.056	1.456.347	395.486	528.227
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.046.056	1.456.347	395.486	528.227

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
EBX Holding Ltda. (b)	2.772	2.772	2.820	2.824
ENEVA Comercializadora de Energia Ltda. (d)	27.547	81	27.547	138.478

Copelmi Mineração Ltda.	-	-	146	158
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (i)	-	-	1.	2.502
ENEVA Comercializadora de Combustíveis Ltda. (j)	-	-	-	-
ENEVA Participações S.A. (k)	45.887	3.919	45.887	3.919
Tauá Geração de Energia Ltda.	444	444	444	444
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	-	-	-	70
Petra Energia S.A.(p)	-	-	91.170	80.781
Parnaíba Gás Natural S.A.(m)	61.492	273	112.086	45.128
Itaqui Geração de Energia S.A	2.078			
Parnaíba Participações S.A.(o)	29.852	27.000	29.852	27.000
DD Brazil (q)	1.523	-	8.403	6.416
Pecém II Geração de Energia S.A.(c)			2.518	
	171.595	34.489	320.875	307.720
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	171.595	34.489	320.875	307.720

	Resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Amapari S.A	(13)	-	-	-
EBX Holding Ltda. (b)	-	(3.675)	(1.305)	13.280
Pecem II Geração de Energia S.A. (c)	(19.902)	(20.637)	-	36.152
Eneva Comercializadora de Energia S.A. (d)	(1.059)	(931)	42.833	160.728
Parnaíba Geração de Energia S.A. (e)	(1.415)	(1.656)	-	2.233
Itaqui Geração de Energia S.A. (f)	(35.526)	(33.868)	-	119.315
OGX Petróleo e Gás Ltda.	-	-	-	(136.438)
Sul Geração de Energia S.A. (j)	(30)	(76)	(30)	(76)
Porto do Açú Energia S.A. (j)	(30)	(142)	(30)	(142)
Tauá Geração de Energia Ltda	(3)	-	-	-
Eneva Comercializadora de Combustível Ltda. (j)	(110)	(136)	(110)	(136)
Seival Participações S.A. (j)	(49)	(130)	(49)	(130)
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (h)	(231)	(129)	(231)	19.321
Parnaíba II Geração de Energia (k)	(1.653)	(1.588)	-	10.879
Parnaíba Participações (o)	1.632	-	-	-
Eneva Participações S.A. (k)	28.965	1.264	28.965	1.264
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (i)	(14.542)	(13.029)	(14.542)	(13.029)
Eneva Desenvolvimento S.A.(j)	(10)	(81)	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (k)	2.480	(508)	2.480	(508)
Pecém II Participações S.A. (k)	(101)	(123)	-	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. (n)	(1.021)	(342)	(4.862)	5.087
Eneva Investimentos S.A. (j)	-	(11)	-	-
Copelmi Mineração Ltda.	-	-	-	(11)
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (l)	(7.003)	(117)	(7.003)	(117)
Petra Energia S.A.(p)	-	-	-	(85.015)
Parnaiba Gas Natural (m)	(8.694)	-	-	-
Total	(58.316)	(75.916)	46.116	132.657

- (a) Contrato de mútuo celebrado com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. A Eneva S.A. constituiu provisão de R\$ 7.453 para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda.
- (b) A Companhia e suas controladas mantinham contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a empresa EBX Holding S.A. , com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes . Cabe destacar que estes contratos foram encerrados em novembro de 2013, restando ainda a liquidação do saldo em aberto entre as partes. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado consolidado é de R\$ (1.305) (R\$ (13.280 em 31 de dezembro de 2013) .
- (c) O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado entre Eneva S.A.(mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado é de R\$ 19.902.
- (d) O saldo é composto por : (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 29.500. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado é de R\$1.059 e (ii) receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Eneva S.A., Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A. através de cobranças mensais de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2014 o efeito em resultado consolidado é de R\$ 42.833.
- (e) O saldo é reflexo do contrato de ressarcimento de custos administrativos e relativos a estudos de viabilidade. O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$7.054 e o efeito no resultado da controladora é de R\$1.415.
- (f) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$405.825. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado é de R\$33.006 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$11.401. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado é de R\$ 2.520.
- (g) Saldo composto pelos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) existentes em suas controladas, os quais são irrevogáveis e irretratáveis, não sendo, entretanto, definido valor fixo de quantidade de ações/quotas para aumento de capital, não atendendo assim aos requerimentos do CPC 38. Os seguintes AFACs estão em aberto em 31 de dezembro de 2014, com as empresas indicadas:

Controladas	2014	2013
Porto do Açu Energia S.A.	730	-
Seival Participações S.A.	20	-
Parnaíba Geração de Energia S.A.	164.500	118.000
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	-	10
Itaqui Geração de Energia S.A.	10.000	87.700
Parnaíba II Geração de Energia S.A..	47.250	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	-	-
ENEVA Investimentos S.A.	-	3
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	-	150
Tauá II Geração de Energia Ltda.	-	815

ENEVA Participações S.A.

25.500

-

248.000

206.678

- (h) O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado, em dezembro 2011, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (110% do CDI) e com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 1.778. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado é de R\$ 231.
- (i) A Eneva S.A. decidiu alienar o investimento em Porto do Pecém, registrando, em dezembro de 2014, todos os saldos em aberto entre as companhias como mantido para negociação (conforme descrito na nota explicativa n.º11). Este saldo era composto basicamente por: (i) contrato de mútuo celebrado, em setembro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado e (ii) contrato celebrado entre a partes para assunção dos custos de compra de carvão incorridos por Porto do Pecém no período compreendido entre setembro e dezembro de 2013.
- (j) Receita de ressarcimento de custos relativos à implantação de projetos.
- (k) Contrato de ressarcimento de custos financeiros, administrativos e operacionais.
- (l) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 76.131. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado é de R\$6.804 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$294. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado é de R\$199 .
- (m) O saldo é composto por: (i) custos relativos ao contrato de compra de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás, firmado entre Parnaíba Gás Natural e Parnaíba Geração, no montante de R\$50.594 , em 31 de dezembro de 2014; (ii) compromisso de futuro ressarcimento de custos com subsidiárias internacionais, no montante de R\$61.492 e (iii) receita de juros cobrados sobre o contas a receber em aberto, referente ao adiantamento financeiro realizado para Parnaíba Gás Natural, no valor de R\$8.694 .
- (n) Contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2013, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 12.804. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado consolidado é de R\$ (4.862) .
- (o) Contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2013, com a Parnaíba Participações S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 29.852. Em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado consolidado é de R\$ 1.632.
- (p) O saldo é composto pelos custos relativos ao contrato de compra de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás, firmado entre Parnaíba e a Petra, no montante de R\$ 91.170.
- (q) Contrato de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos junto a DD Brazil, no montante de R\$ 8.403.

(d) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Desta forma os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Benefícios de curto prazo salários	7.213	4.565	10.019	9.449
Opção de ações outorgadas	1.037	350.514	2.653	350.514
	8.250	355.079	12.672	359.963

Abaixo os montantes de remuneração anual individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores, em R\$:

	Consolidado					
	2014			2013		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho Administração	20.000	22.222	40.000	16.999	62.227	96.000
Diretores	2.830	446.295	2.802.366	122.451	822.660	1.815.721

16. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição dos empréstimos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Consolidado															

Parnaíba II	BNDES	(n)	R\$	TJLP+2,40%	15/06/15	5,05%	10.967	3.890	299.38'	2.624	298.120	3.619	3.619	280.700	223	277.304
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	(o)	R\$	CDI+2,65%	16/12/14	-	-	-	105.791	14.150	119.940	-	-	105.790	503	106.293
ENEVA S/A	Banco Citibank	(p)	R\$	CDI+2,95%	22/09/14	-	-	-	101.251	19.961	121.211	-	-	101.250	3.107	104.357
ENEVA S/A	Banco Citibank	(q)	US\$	LIBOR 3M + 1,26%	27/09/17	-	-	-	132.811	909	133.719	-	-	117.130	20	117.150
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	(r)	R\$	CDI+3,75%	09/12/14	-	-	-	101.911	6.524	108.437	-	-	101.912	792	102.705
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	(s)	R\$	CDI+3,75%	09/06/15	-	-	-	350.000	22.406	372.406	-	-	350.000	2.559	352.555
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	(t)	R\$	CDI+3,75%	09/12/14	-	-	-	370.000	23.687	393.687	-	-	370.000	1.196	371.196
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	(u)	R\$	CDI+2,75%	12/12/14	-	-	-	303.821	50.296	354.120	-	-	303.825	1.747	305.572
ENEVA S/A	Banco Citibank	(v)	R\$	CDI+4,00%	03/11/14	-	-	-	-	-	-	-	-	42.000	879	42.875
ENEVA S/A	Banco Citibank	(w)	R\$	CDI+4,00%	09/12/14	-	-	-	102.091	13.014	115.113	-	-	100.000	792	100.792
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	(x)	R\$	CDI+2,65%	05/12/14	-	-	-	200.000	27.505	227.505	-	-	200.000	1.618	201.618
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	(y)	R\$	CDI+2,65%	09/12/14	-	-	-	210.000	28.654	238.654	-	-	210.000	1.499	211.495
ENEVA S/A	Banco Santander	(z)	R\$	CDI+3,25-4,25%	15/01/15	-	-	-	-	-	-	-	-	66.667	336	67.003
ENEVA S/A	Morgan Stanley	(aa)	R\$	CDI+3,25-4,25%	15/01/15	-	-	-	-	-	-	-	-	66.667	336	67.003
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	(bb)	R\$	CDI+3,25-4,25%	15/01/15	-	-	-	-	-	-	-	-	66.667	336	67.003
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	(cc)	R\$	CDI+3,15%	19/01/16	-	-	-	80.000	9.782	89.782	-	-	-	-	-
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	(dd)	R\$	CDI+3,00%	13/10/14	-	-	-	39.781	2.914	42.696	-	-	-	-	-
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	(dd)	R\$	CDI+3,00%	13/10/14	-	-	-	28.831	2.112	30.950	-	-	-	-	-
ENEVA S/A	Banco Citibank	(dd)	R\$	CDI+3,00%	13/10/14	-	-	-	16.671	1.221	17.896	-	-	-	-	-
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	(dd)	R\$	CDI+3,00%	13/10/14	-	-	-	14.701	1.077	15.782	-	-	-	-	-
							68.639	57.867	4.938.361	283.196	5.163.698	74.950	54.213	6.176.605	88.129	6.210.520
							Custo a apropriar				Custo a apropriar					
Circulante							6.698	3.022.471	273.414	3.289.194	2.607	2.322.843	87.906	2.408.142		
Não circulante							51.171	1.915.891	9.782	1.874.502	51.606	3.853.762	223	3.802.375		

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos da controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A. e as controladas indiretas MPX Chile Holding Ltda., UTE Parnaíba IV Geração de Energia S.A. e UTE Parnaíba III Geração de Energia S.A., para as quais, a partir de 2013 aplicando as novas regras de consolidação, introduzidas pela adoção do IFRS 11, não temos obrigação de consolidar nas informações anuais:

Consolidado																
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	31/12/14						31/12/13					
					Taxa Efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
Pecém I (50%)	BNDES (Direto)	(ee)	R\$	TJLP + 2,77%	15/06/26	TJLP + 3,09%	16.921	4.102	681.213	2.269	679.380	8.461	4.844	740.449	2.312	737.917
Pecém I (50%)	BID	(ff)	US\$	LIBOR + 3,50%	15/05/26	Libor + 4,67%	17.658	4.846	170.719	798	166.671	8.808	5.296	158.142	779	153.625
Pecém I (50%)	BID	(gg)	US\$	LIBOR + 3,00%	15/05/22	Libor + 4,16%	17.930	4.086	191.207	777	187.897	8.939	5.374	184.506	791	179.924
Pecém II	BNDES (Direto)	(e)	R\$	TJLP+3,14%	15/06/27	2,30%	7.256	6.322	657.582	2.290	653.550	-	-	-	-	-
Pecém II	BNDES (Direto)	(f)	R\$	IPCA+ TR BNDES + 3,14%	15/06/27	2,32%	1.611	1.060	203.221	912	203.072	-	-	-	-	-
Pecém II	BNB	(g)	R\$	10%	31/01/28	10,17%	4.287	4.153	243.812	-	239.659	-	-	-	-	-
Chile (50%)	Banco Credit Suisse	(hh)	US\$	9,900%	15/07/15	-	-	12.392	116	12.508	-	-	17.532	303	17.834	
Parnaíba IV (35%)	Banco BTG Pactual	(jj)	R\$	CDI + 2,28%	29/01/14	-	-	-	-	-	-	-	-	24.500	1.796	26.296

nominais, excluindo juros durante a construção). Estes subcréditos têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2013. O custo anual contratado inicialmente era de TJLP + 2,18%, porém em dezembro de 2014 uma repactuação foi realizada e o spread do financiamento foi alterado para 3,14% ao ano. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Com isto o saldo do principal em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 657,5 milhões. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de Project Finance.

(f)Referente à totalidade dos subcréditos E, F, G, H e I do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior, Pecém II recebeu a liberação de R\$110,1 milhões. Estes subcréditos têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até junho de 2014. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 2,18%. Em dezembro de 2014, uma repactuação do contrato foi realizada e os juros incorridos até a data foram incorporados ao principal, ficando a carência alterada para até Dezembro de 2015. Nesta mesma repactuação o spread do financiamento foi alterado para 3,14%. O subcrédito J de R\$22 milhões, que fazia parte desta linha de financiamento foi transferido em abril de 2012 para o subcrédito A do item anterior. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de Project Finance.

(g)Complementar ao financiamento do BNDES, Pecém II conta com um empréstimo do BNB com recursos do FNE, no montante total de R\$250 milhões, totalmente desembolsados. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com juros trimestrais e 14 anos de amortização com carência para pagamento de principal até fevereiro de 2014, tendo um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com a consequente redução do custo para 8,5% ao ano. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de Project Finance.

Parnaíba Geração de Energia SA (Parnaíba I)

(h)Em 27 de dezembro de 2011, o projeto Parnaíba I captou R\$ 75 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o BRADESCO, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento inicial o dia 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos ao final. Em 28 de fevereiro de 2012, foram desembolsados mais R\$ 75 milhões pelo banco nas mesmas condições do desembolso anterior. Em 28 de dezembro de 2012 foram liquidados R\$90 milhões de principal acrescidos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos nos itens (j) e (k). Em 26 de junho de 2013 a empresa renovou o saldo de principal de R\$60 milhões, pagando a totalidade dos juros devidos até esta data, passando o novo vencimento para 24 de setembro de 2013 e mantendo os juros em 100% do CDI mais 3% ao ano. Em 24 de setembro a UTE Parnaíba renegociou os termos do contrato alterando seu vencimento para 24 de outubro de 2013, e posteriormente para 24 de novembro de 2013. Em 31 de outubro de 2013, uma nova renegociação alterou o vencimento do contrato para 18 de dezembro de 2014. Uma nova repactuação do contrato foi realizada e o saldo de juros incorridos foi incorporado ao principal e, desde então, tanto o principal quanto os juros deverão ser pagos em 4 parcelas mensais a partir de janeiro de 2015. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2014, corresponde a R\$ 30,2 milhões.

(i)Em 27 de dezembro de 2011, Parnaíba I captou R\$ 125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que se destinou ao financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento original em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final. Em Dezembro de 2012 foram liquidados R\$ 60 milhões de principal acrescidos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos nos itens (j) e (k). Em 26 de junho de 2013 a empresa renovou o saldo de principal de R\$ 65 milhões, pagando a totalidade dos juros devidos até esta data, passando o novo vencimento para 24 de setembro de 2013 e mantendo os juros em 100% do CDI mais 3% ao ano. Nesta data, uma nova renovação alterou o vencimento do contrato para 24 de outubro de 2013 e, posteriormente, para 15

de Abril de 2015. Em dezembro de 2014 foi realizada nova repactuação do contrato onde o saldo de juros incorridos até a data foi incorporado ao principal e, desde então, tanto o principal quanto os juros deverão ser pagos em 3 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2015. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2014, corresponde a R\$ 53,1 milhões.

(j)Parnaíba I recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$495,7 milhões, referentes aos subcréditos B e C do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES de um total previsto de R\$671 milhões. Estes subcréditos serão amortizados em 168 parcelas mensais com início em 15 de julho de 2013, juntamente com os juros. O custo anual contratado é de TJLP + 1,88%. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2014, corresponde a R\$ 456,7 milhões.

(k)Adicionalmente, Parnaíba I recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$ 204,3 milhões, referentes à totalidade do subcrédito A do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Este subcrédito será amortizado em 13 parcelas anuais com início em 15 de julho de 2014, junto com os juros devidos. O custo anual contratado é de IPCA + TR BNDES + 1,88%. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Com isto o saldo do principal em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 208,9 milhões. Este financiamento conta com pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de Project Finance.

Parnaíba II Geração de Energia SA (Parnaíba II)

(l)O Projeto Parnaíba II captou, em 30 de março de 2012, o valor de R\$ 100 milhões em um contrato de CCB com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Com vencimento original em 30 de setembro de 2013 para pagamentos de principal e juros, este empréstimo-ponte foi destinado ao financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III. À ocasião do vencimento, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 30 de setembro de 2013 com principal e juros pagos no final. A empresa repactuou o contrato alterando seu vencimento para 30 de dezembro de 2013. Posteriormente, renegociou o contrato alterando seu vencimento para 30 de dezembro de 2014 e fez captação adicional de R\$100 milhões com vencimento em 30 de dezembro de 2014. Ao fim de dezembro, ambos os contratos foram novamente renegociados e tiveram seu vencimento alterado para 15 de junho de 2015. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2014, corresponde a R\$ 228,3 milhões.

(m)Em maio de 2012, Parnaíba II celebrou um contrato de CCB no valor de R\$ 325 milhões com a Caixa Econômica Federal, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, para o financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, foi desembolsado em uma tranche de R\$125 milhões e duas de R\$ 100 milhões, nos dias 08 de maio de 2012, 15 de maio de 2012 e 30 de maio de 2012, respectivamente, e tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento original em 7 de novembro de 2013 com principal e juros pagos no final. À ocasião do vencimento, a empresa repactuou o contrato alterando seu vencimento para 30 de dezembro de 2013. A essa data foram liquidados R\$45 milhões de principal, além de juros incorridos até a data, e renegociado o valor restante com vencimento previsto para 30 de dezembro de 2014. Ao fim de dezembro, o contrato foi novamente renegociado e teve seu vencimento alterado para 15 de junho de 2015. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2014, corresponde a R\$ 280 milhões.

(n)Parnaíba II recebeu do BNDES empréstimo-ponte no valor de R\$ 280,7 milhões ao final de dezembro de 2013. Este empréstimo será amortizado em parcela única em 15 de junho de 2015 juntamente com os juros. O custo anual contratado foi de TJLP + 2,40%.

Eneva SA - Em recuperação judicial

(o)Em 16 de dezembro de 2013, a Eneva - Em recuperação judicial repactuou os R\$105,8 milhões de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com o Banco Itaú BBA S.A., pagando a totalidade dos juros devidos até esta data, passando o novo vencimento para 16 de dezembro de 2014. O custo será de CDI mais 2,65% ao ano com juros e

principal pagos ao final da operação. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(p) Em 27 de setembro de 2012, a controladora Eneva S.A - Em recuperação judicial emitiu junto ao Banco Citibank S.A uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101.250 com vencimento em 27 de setembro de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,15% ao ano e serão pagos no vencimento, em 27 de setembro de 2013. Nesta data a Eneva S/A - Em recuperação judicial renovou este contrato alterando seu vencimento para 22 de setembro de 2014 e alterando a taxa de juros para CDI mais 2,95% ao ano. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(q) Em 27 de setembro de 2012, Eneva - Em recuperação judicial obteve empréstimo junto ao Banco Citibank S.A através da celebração de Credit Agreement, nos termos da Resolução 4.131 do BACEN, num montante de US\$ 50.000. Os juros incidentes nessa captação são de Libor + 1,26% a.a. e serão pagos trimestralmente. O principal será pago semestralmente com carência até 26 de setembro de 2014 e término do contrato em 27 de setembro de 2017. Para se proteger da variação cambial sobre essa captação a Eneva S.A - Em recuperação judicial contratou junto ao próprio Citibank uma operação de swap. Vide Nota Explicativa 18. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(r) Em 13 de dezembro de 2012, a Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Banco BTG Pactual uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101,9 milhões com vencimento em 13 de dezembro de 2013. À ocasião do vencimento, a linha foi repactuada com vencimento previsto para 09 de dezembro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente ao custo do CDI mais spread de 3,75% a.a. O principal será pago integralmente no vencimento. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(s) Em 07 de fevereiro de 2013, a Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Banco BTG Pactual uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 350 milhões, com vencimento em 06 de agosto de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 2,95% ao ano e serão pagos no vencimento. Em 06 de agosto de 2013 a companhia repactuou o empréstimo alterando seu vencimento para 02 de dezembro de 2013. Uma nova repactuação postergou o vencimento da dívida para 9 de junho de 2015, com juros pagos trimestralmente ao custo de CDI + 3,75% a.a. e principal pago no vencimento.

(t) A Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Banco BTG Pactual duas CCBs (Cédulas de Crédito Bancário), no valor individual de R\$ 100 milhões em 09 de dezembro de 2013 e R\$ 270 milhões em 26 de dezembro de 2013, ambas com vencimento do principal em 09 de dezembro de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 3,75% ao ano e serão pagos trimestralmente. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(u) Em 25 de março de 2013, a Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Banco HSBC uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 100 milhões com vencimento em 25 de março de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,75% ao ano e serão pagos no vencimento. Os juros acumulados até 12 de dezembro de 2013 foram pagos e um novo vencimento foi acordado para 12 de dezembro de 2014. O spread para esse novo período será de 2,75% ao ano. À ocasião da repactuação, a companhia emitiu nova CCB no valor de R\$ 203,8 milhões com vencimento previsto para 12 de dezembro de 2014. O custo será de CDI mais 2,75% ao ano com juros e principal pagos ao final da operação. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento. Em 30 de Dezembro de 2014, o Banco HSBC endossou ao Banco BTG Pactual ambas CCBs, com anuência da ENEVA - Em recuperação judicial.

(v) A Eneva - Em recuperação judicial contraiu junto ao Citibank S.A dívida no valor de R\$ 42 milhões (na forma de CCB) em 01 de novembro de 2013 com vencimento em 03 de novembro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente ao custo de CDI mais 4,00% ao ano e principal será pago no vencimento. Esta dívida foi pré-paga em julho de 2014.

(w)A Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Banco Citibank S.A CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 100 milhões em 09 de dezembro de 2013 com vencimento em 09 de dezembro de 2014. Principal e juros serão pagos no vencimento ao custo de CDI mais 4,00% de spread. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(x)A Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Itaú BBA CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 200 milhões em 05 de dezembro de 2013 com vencimento em 05 de dezembro de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 2,65% de spread ao ano, com pagamento de principal e juros ao final da operação. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(y)A Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Itaú BBA CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 210 milhões em 09 de dezembro de 2013 com vencimento em 09 de dezembro de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 2,65% de spread ao ano, com pagamento de principal e juros ao final da operação. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

(z)Em função das negociações da OGX Maranhão (atual Parnaíba Gás Natural), a Eneva - Em recuperação judicial adquiriu junto ao Banco Santander dívida no valor de R\$ 66,6 milhões (na forma de CCB) em 04 de novembro de 2013 com vencimento em 15 de janeiro de 2015. Os juros serão pagos mensalmente ao custo de CDI mais: 3,25% ao ano de spread até 14 de junho de 2014, 3,75% ao ano de spread até 14 de setembro de 2014 e 4,25% ao ano de spread até a data de quitação integral da CCB. A totalidade da CCB foi liquidada em março de 2014 juntamente com os juros incorridos.

(aa)Em função das negociações da OGX Maranhão (atual Parnaíba Gás Natural), a Eneva - Em recuperação judicial adquiriu junto ao Morgan Stanley dívida no valor de R\$ 66,6 milhões (na forma de CCB) em 04 de novembro de 2013 com vencimento em 15 de janeiro de 2015. Os juros serão pagos mensalmente ao custo de CDI mais: 3,25% ao ano de spread até 14 de junho de 2014, 3,75% ao ano de spread até 14 de setembro de 2014 e 4,25% ao ano de spread até a data de quitação integral da CCB. A totalidade da CCB foi liquidada em março de 2014 juntamente com os juros incorridos.

(bb)Em função das negociações da OGX Maranhão (atual Parnaíba Gás Natural), a Eneva - Em recuperação judicial adquiriu junto ao Itaú BBA dívida no valor de R\$ 66,6 milhões (na forma de CCB) em 04 de novembro de 2013 com vencimento em 15 de janeiro de 2015. Os juros serão pagos mensalmente ao custo de CDI mais: 3,25% ao ano de spread até 14 de junho de 2014, 3,75% ao ano de spread até 14 de setembro de 2014 e 4,25% ao ano de spread até a data de quitação integral da CCB. A totalidade da CCB foi liquidada em março de 2014 juntamente com os juros incorridos.

(cc)A Eneva - Em recuperação judicial emitiu junto ao Itaú BBA CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 80 milhões em 29 de janeiro de 2014 com vencimento em 19 de janeiro de 2016. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 3,15% de spread ao ano, com pagamento de principal e juros ao final da operação.

(dd)A Eneva - Em recuperação judicial emitiu em 12 de maio de 2014 junto aos bancos Itaú BBA, BTG Pactual, Citibank e HSBC 4 CCBs (Cédulas de Crédito Bancário), que juntas totalizam R\$ 100 milhões e têm vencimento em 12 de agosto de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 3% de spread ao ano, com pagamento de principal e juros ao final da operação. A Eneva - Em recuperação judicial e os credores repactuaram estas CCBs alterando seus vencimentos para 13 de outubro de 2014. Devido ao processo de recuperação judicial, a companhia não efetuou o pagamento no vencimento.

Porto do Pecém Geração de Energia SA (Pecém I)

(ee)O BNDES liberou até 30 de junho de 2013 o montante de R\$1,40 bilhão do financiamento de longo prazo de Pecém I. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um valor total de R\$1,41 bilhão (em R\$ nominais,

excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,77%. Durante a fase de construção os juros foram capitalizados. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A. na empresa. Este financiamento conta com pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de Project Finance.

(ff)Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Pecém I conta com empréstimo direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”), (“A loan”) no montante de US\$147 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$143,78 milhões (equivalente a R\$341.437 em 31 de dezembro de 2014). O “A Loan” tem custo anual de Libor + 3,5% e prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.

(gg)Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Pecém I conta com empréstimo indireto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”), (“B loan”) no montante de US\$180 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$176 milhões (equivalente a R\$382.413 em 31 de dezembro de 2014). Os bancos repassadores são Grupo Banco Comercial Português, Calyon e Caixa Geral de Depósito. O “B Loan” tem custo anual de Libor + 3,0% e prazo total de 13 anos, sendo 10 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.

MPX Chile Holding Ltda (MPX Chile)

(hh)Em 13 de abril de 2011, a MPX Chile celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$15 milhões, sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8,13%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato será em 15 de abril de 2015. Posteriormente este contrato foi repactuado e seu novo vencimento será em 15 de julho de 2015 e os juros incidentes foram fixados em 9,90% ao ano. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais.

(ii)Em 29 de junho de 2011, a MPX Chile celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$10 milhões (equivalente a R\$8.888 em 30 de junho de 2014), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato ocorrerá 15 de abril de 2015. Posteriormente este contrato foi repactuado e seu novo vencimento será em 15 de julho de 2015 e os juros incidentes foram fixados em 9,90% ao ano. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais.

Parnaíba IV Geração de Energia SA (Parnaíba IV)

(jj)Em 29 de abril de 2013, o Projeto Parnaíba IV captou R\$ 70 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco BTG Pactual. Este empréstimo-ponte, que é para o financiamento da implantação de projeto termelétrico a gás natural firmado com a Kinross Brasil Mineração S.A., tem juros anuais de 100% do CDI mais 2,28% ao ano e vencimento em 29 de janeiro de 2014 com principal e juros pagos no final. Este empréstimo foi liquidado no vencimento.

Parnaíba III Geração de Energia SA (Parnaíba III)

(kk)O Projeto Parnaíba III recebeu em 25 de novembro de 2013 do Banco Bradesco empréstimo-ponte no valor de R\$ 120 milhões com vencimento inicial previsto para 9 de janeiro de 2014. Nesta data foi repactuado novo vencimento para 31 de janeiro de 2014. O custo do empréstimo-ponte é de CDI mais 2,53% ao ano. Principal e juros serão pagos ao final da operação. Em substituição a este empréstimo foi emitida uma Nota Promissória nas mesmas condições e com novo vencimento em 30 de julho de 2014. Em substituição a esta Nota Promissória foi emitida outra ao custo de CDI + 3,0% ao ano e com novo vencimento em 26 de Janeiro de 2015.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Consolidado</u>
Ano de vencimento	
2016	265.578
2017	219.752
2018	155.002
2019 até o último vencimento	1.234.170
	<u>1.874.502</u>

Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de covenants financeiros.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Pecém II Geração de Energia S.A., Itaqui Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração de Energia S.A. contêm especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA ("earnings before interest, taxes, depreciation and amortization").

Em 31 de dezembro de 2014 todos os covenants financeiros previstos nos contratos estavam atendidos.

Covenants não financeiros--Continuação

Alguns contratos de financiamento possuem também cláusulas com covenants não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2014 se encontram integralmente atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente.
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações.
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações.
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações.
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios.
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

17. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	404	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	158	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	113	6	7.854	6.286
ICMS	2	1	1.025	634
PIS, COFINS, IRRF e CSL	259	570	9.950	25.552
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	477	56	481	58
IPI Importação	-	-	1.277	2.594
FGTS	647	-	1.585	-
Imposto de Importação	-	-	2.494	3.940
Outros	104	76	1.888	6.870
Circulante	1.602	709	27.116	45.934

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão apresentadas a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2014	2013
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber com outras pessoas ligadas	72.627	217.337
Contas a receber com controladas	44.143	123.005
AFAC – com controladas	248.000	206.678
Mútuo com controladas	691.287	909.327
Depósito vinculado	41	38
Valor justo por meio do resultado		
Ganhos em operações com derivativos	-	4.171
Caixa e equivalentes de caixa	72.503	110.157
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	11.737	3.473
Empréstimos e financiamentos	2.381.898	2.217.628
Debêntures	-	5.350
Débitos com controladas	75.956	4.444
Mútuo - Com outras pessoas ligadas	95.639	30.045

Instrumentos financeiros	Consolidado	
	2014	2013
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber	304.848	294.396
Subsídio a receber CCC	-	30.802
Mútuo com controladas	284.774	191.968
Contas a receber com outras pessoas ligadas	73.970	218.680
Contas a receber com controladas	20.493	117.372
Depósito vinculado	62.112	118.644
Valor justo por meio do resultado		
Ganhos em operações com derivativos	21.122	4.171
Caixa e equivalentes de caixa	157.319	277.582
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	149.785	331.216
Empréstimos e financiamentos	5.163.697	6.210.520
Debêntures	-	5.350
Débitos com controladas	76.398	145.412
Débitos com pessoas ligadas	244.478	162.308
Valor justo por meio do resultado		
Retenções contratuais	20.945	84.789

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo).

18.1 Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em modelos matemáticos de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas bullet e de curto prazo. As contas cujo valor justo difere do valor contábil estão especificadas a seguir. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado..

Consolidado			
2014			
	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Precificação com preços observáveis (Nível II)	Precificação sem preços observáveis (Nível III)
Opções de ações outorgadas		(350.771)	
Instrumentos derivativos		-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(350.771)	
2013			
	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Precificação com preços observáveis (Nível II)	Precificação sem preços observáveis (Nível III)
Opções de ações outorgadas		(350.514)	
Instrumentos derivativos		4.171	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(346.343)	

18.2 Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até 01 ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Atualmente não existe posição de Hedge / Derivativo em aberto. A operação de Swap antes existente e gerada para balanceamento da dívida entre o Citibank e a Eneva - Em recuperação judicial foi liquidado devido a antecipação da dívida, gerando um saldo positivo para a empresa no valor de R\$21,1 milhão. O derivativo contratado para balancear o empréstimo junto ao Credit Suisse foi liquidado gerando um saldo de US\$ 669 mil, utilizados para amortecimento da dívida.

18.2.1 Valor de referencia e valor justo dos instrumentos derivativos

Contrato a termo de moeda - compra de dólar americano (USD)

		2014				2013	
		Notional	Ativo	Passivo	MTM	Notional	MTM
		USD				USD	
		Vencimento					
Eneva - Em recuperação judicial							
Posição comprada USD							
Morgan Stanley		-				59.207	4.171
Total USD						59.207	4.171
Swap Cross-Currency							
		2014				2013	
		Notional	Ativo	Passivo	MTM	Notional	MTM
		USD				USD	
		Vencimento					
Eneva - Em recuperação judicial							
Libor USD DI							
Citibank		27.09.2017	-			101.250	15.650
Total Swap						101.250	15.650

18.2.2 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

18.2.2.1 Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Eneva - Em recuperação judicial esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que entra no balanço pela formação dos estoques para geração de energia nas termoeletricas.

O preço do carvão em estoque está fixado e será convertido em receita pela remuneração da geração de energia de acordo com as regras do PPA. O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termoeletrica.

(a) Gerenciamento de risco

O gerenciamento do risco de preço do carvão é realizado através da estruturação de operações de hedge no mercado futuro de carvão sem liquidação física. A Eneva - Em recuperação judicial busca recursos no mercado nacional - que possui mercado para esse tipo de operação ainda incipiente - para dirimir o risco associado aos seus estoques de carvão através da estruturação de hedge no início de 2014. No fechamento de 2014 a Companhia não possuía operações com derivativos para esse fim.

18.2.2.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia

(a) Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas minimizando, dessa forma, o uso de derivativos de proteção. Instrumentos derivativos são utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural.

(b) Investimento em ativo fixo (capex)

As unidades geradoras de energia consolidadas da Eneva - Em recuperação judicial possuem sua receita lastreada em reais. Por outro lado, parte do investimento realizado em ativo fixo é paga em moeda estrangeira, preponderantemente dólar americano e euro. De modo geral, esses pagamentos têm volumes e prazos que não requerem estruturação de operações de proteção. A Companhia trabalha atualmente no mapeamento dos pagamentos em moedas estrangeiras - através de histórico e lançamentos futuros, com o objetivo de estabelecer uma média dos montantes e prazos, assegurando dessa forma, o controle da exposição cambial relacionada.

(c) Estoque de carvão

Na formação do estoque de carvão para suas termoeletricas, a Companhia assume posição comprada no preço do carvão, que por sua vez, é determinado no mercado internacional em dólar americano. Consequentemente, a Companhia assume também posição comprada em dólar, gerando assim um descasamento entre seu ativo e passivo. Da forma como mencionado anteriormente para o risco de preço do carvão, a Companhia estuda mecanismos de proteção contra os riscos de mercado associados à compra do carvão. Ou seja, a operação de proteção para o preço da commodity e o risco cambial será estruturada simultaneamente.

(d) Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações denominadas em moeda estrangeira em suas controladas. O empréstimo de 50,00 milhões de dólares na Eneva - Em recuperação judicial teve a sua cobertura interrompida com a liquidação da operação do tipo cross-currency swap. Essa liquidação ocorreu em dezembro de 2014

(e) Operações protegidas por instrumentos derivativos**Empréstimo denominado em dólares na UTE Porto do Pecém**

- Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Energia Pecém possui investimento em capex (construção da UTE) que será realizado na proporção de 75% com financiamento de longo prazo, parte em dólares norte-americanos, e 25% com capital próprio. Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") os contratos de financiamento de longo prazo. Com vista ao financiamento do capex no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes dos referidos contratos.

Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, foram contratados instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Companhia adotou metodologia de contabilização de hedge tendo como item objeto de hedge a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma NDF com vencimento em outubro de 2012 com valor nominal de US\$ 327 milhões (US\$ 163,5 milhões equivalente a 50% de participação da Eneva S.A.). Em 25 de setembro de 2012 esta NDF foi rolada (rollover) com valor nominal de US\$ 327 milhões e com vencimentos entre novembro 2012 e maio 2015.

Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação cambial do instrumento derivativo de proteção designado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo esta parcela do valor justo do derivativo considerada efetiva. A diferença entre o valor justo e a variação cambial é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de US\$ 260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o Ajuste a Valor Presente (AVP) com base nos US\$ 67 milhões ainda não desembolsados pelo BID (antes desta liberação, o AVP foi calculado com base nos US\$ 169 milhões de exposição referentes à diferença entre o derivativo contratado de US\$ 327 milhões e o empréstimo-ponte de US\$ 158 milhões). Em 31 de agosto de 2010 houve liberação de US\$ 50 milhões referente à segunda parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o AVP com base nos US\$ 17 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID. Em 4 de fevereiro de 2011 houve liberação de US\$ 9 milhões referente à terceira parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a se calcular o AVP com base nos US\$ 7 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID..

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de hedge accounting no período foram os seguintes:

2014	
Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção	
Ganho (perdas) com derivativos	
(3.481)	2.297
2013	
Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção	

Ganho (perdas) com derivativos

(3.465)
2.287

Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de hedge accounting tendo como item objeto de hedge a taxa libor dos juros para o período de amortização referente financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo float/fixed do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro de 2012 e outubro de 2024, cujos valores nominais referem-se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.

Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (marked-to-market), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial. A diferença entre o valor justo e a taxa libor é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Os impactos dos ganhos e perdas nesta transação de hedge accounting no período foram os seguintes:

2014	
	Resultado
	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção	
Perdas com derivativos	<u>(7.404)</u>
	<u>4.887</u>
2013	
	Resultado
	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção	
Ganho com derivativos	<u>(13.776)</u>
	<u>9.092</u>

18.2.2.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

(a) Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

A Eneva - Em recuperação judicial e suas controladas têm mais de 90% do seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI) e da taxa de juros do longo prazo do BNDES (TJLP), e no mercado inflacionário com a correção dada pelo índice IPCA.

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP - que também contém um forte componente inflacionário - são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. Por se tratar de um segmento específico, há que se

ter cautela quanto à realização de inferências e hipóteses presentes em modelos estatísticos na tentativa de mapear a realizar previsões sobre esse mercado para a quantificação de perdas hipotéticas relacionadas. Além disso, o ativo das empresas representado por suas receitas também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

(b) Sensibilidade a taxas de juros

A dívida corrigida pela taxa dos depósitos interbancários - DI teve principal de R\$ 2,7 bilhões e saldo de R\$ 3,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Desse total, 91,38% têm vencimento até o final de 2015. Por se tratar de uma taxa flutuante em um cenário de alta de taxa de juros, a seguir está demonstrado o que seria a perda financeira caso a curva de juros fosse deslocada em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Risco	Valor Futuro Mercado	Valor Futuro (alta 25%)	Valor Futuro (alta 50%)
ENEVA S.A. - Em recuperação judicial				
Risco de Cash Flow relacionado ao	<i>Alta na Taxa de Juros</i>	3.200.745	3.663.572	3.756.394
Passivo indexado ao CDI				
Outstanding (Principal + Juros)		3.200.745	3.663.572	3.756.394
Aumento da despesa financeira		-	462.828	555.649

(*) Os cenários não refletem a expectativa da empresa em relação ao mercado de juros.

A avaliação visa meramente o cumprimento da legislação

Metodologia: deslocamento paralelo para cima da curva de juros DI em 25% e 50%

CDI em 31 de dezembro 2014: 11,57%

18.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

	Consolidado	
	2014	2013
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	157.319	277.582
Contas a receber de clientes	304.848	294.396
Ganhos em operações com derivativos	21.122	4.171
Subsídio a receber - CCC	-	30.802
Depósito vinculado	62.111	118.644
Consolidado das contas credoras	545.400	725.595

O montante de caixa e equivalente está representado, substancialmente, por conta corrente e fundo de investimento mantido no Itaú S.A., banco de primeira linha e com relação ao contas a receber, sua principal exposição é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

18.2.4 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2014 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros (Ver Nota 1).

Consolidado						
						2014
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Passivos						
Fornecedores	149.785	-	-	-	-	149.785
Partes relacionadas	-	-	320.875	-	-	320.875
Empréstimos e financiamentos	2.168.102	1.577.102	767.386	1.286.344	2.480.823	8.279.757
Retenção contratual	-	20.945	-	-	-	20.945
	2.317.887	1.598.047	1.050.742	1.286.344	2.480.823	8.733.842

Consolidado						
						2013
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Passivos						
Fornecedores	331.216	-	-	-	-	331.216
Partes relacionadas	-	-	306.545	-	-	306.545
Empréstimos e financiamentos	676.967	2.570.541	1.079.040	1.324.391	2.696.265	8.347.204
Retenção contratual	-	84.789	-	-	-	84.789
Derivativos	3.971	2.725	4.694	-	-	11.390
	1.012.154	2.658.055	1.390.279	1.324.391	2.696.265	9.081.144

19. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas não são parte em ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 332.192 (R\$ 108.773 em 31 de dezembro de 2013), avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão.

Custos por Indisponibilidade (ADOMP)

Em 7 de janeiro de 2014, Porto do Pecém e Itaqui ingressaram com uma ação judicial contra a Aneel questionando a apuração horária da indisponibilidade, considerando que os CCEAR preveem a utilização de uma média móvel de 60 meses da disponibilidade efetiva. A Companhia provisiona os custos de indisponibilidade, conforme sua interpretação contratual.

Em 24 de janeiro de 2014, a 15ª Vara Federal do Distrito Federal concedeu liminar às usinas Porto do Pecém e Itaqui suspendendo os pagamentos por indisponibilidade com base em apuração horária, com efeito imediato.

Em 07 de agosto de 2014 a liminar concedida às subsidiárias citadas acima, foi confirmada por sentença proferida. Assim em 30 de setembro de 2014 reconhecemos um reembolso de indisponibilidades no montante de R\$ 107 milhões e R\$ 254 milhões, para Itaqui e Porto do Pecém, respectivamente.

O recebimento do reembolso por indisponibilidade ocorreu em 10 de novembro de 2014.

Adicionalmente, em 09 de setembro de 2014, a 7ª Vara Federal do Distrito Federal proferiu sentença e concedeu liminar às subsidiárias Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I"), UTE Parnaíba III Geração de Energia S.A. ("Parnaíba III") e Pecém II Geração de Energia S.A. ("Pecém II") suspendendo os pagamentos por indisponibilidade das usinas com base em apuração horária, com efeito imediato. A decisão também determinou que a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica promova os cálculos dos valores já pagos pelas usinas de acordo com a nova metodologia. Até o momento não tivemos um posicionamento do CCEE quanto o saldo de indisponibilidade pago anteriormente pela metodologia em base horária, para fins de restituição.

Adicionalmente cabe destacar que as empresas do grupo estão realizando o provisionamento do ADOMP com base na metodologia pós decisão judicial, ou seja, considerando uma média móvel dos últimos 60 meses de disponibilidade efetiva. Gerando saldo de indisponibilidade a pagar nos montantes de R\$ 38 milhões e R\$ 260 milhões para as subsidiárias Itaqui e Porto do Pecém, respectivamente. Para as demais empresas do grupo não foram apurados saldos a provisionar.

Termo de ajuste de conduta – Parnaíba II

Em 5 de agosto de 2014, a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, em reunião extraordinária de sua diretoria, aprovou um Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta ("TAC") para adequação das obrigações de fornecimento de energia pela Usina Termelétrica Parnaíba II tendo como base os termos e condições propostos pela Companhia.

Conforme demonstrado a seguir, nosso entendimento é de que o Termo de Ajuste de Conduta é um instrumento pelo qual se possibilitou a manutenção das receitas futuras oriundas dos CCEAR's objeto do leilão A-3 – 2011, definindo as novas condições comerciais que balizarão estes contratos a partir de julho de 2016.

O nosso entendimento baseia-se essencialmente em dois fatores:

- a) O CCEAR original nunca entrou em vigor, conforme restará demonstrado abaixo não tendo em momento algum qualquer obrigação advinda deste instrumento se tornado juridicamente exigível;
- b) Corroborando a linha acima, tendo em vista as novas condições comerciais, tais CCEAR's serão oportunamente aditivados, obedecidos o devido processo regulatório perante a ANEEL para que as partes contratantes tenham o poder de fazê-lo;

De forma a demonstrar a não efetivação do contrato cabe demonstrar a linha histórica dos procedimentos adotados pela Eneva - Em recuperação judicial junto ao órgão regulador de forma a resguardar os interesses da Companhia:

1. Originalmente, a vigência dos CCEARs de Parnaíba II se daria a partir de 01 de março de 2014, todavia, por conta de dificuldades técnicas da CCEE na coleta das assinaturas (o contrato já estava assinado por um procurador da ENEVA - Em recuperação judicial, todavia, o segundo procurador também da ENEVA - Em recuperação judicial não estava conseguindo acessar o sistema da CCEE de assinatura) nos contratos os mesmos não se tornaram válidos, por falta de requisito essencial para celebração do negócio jurídico (não estava devidamente assinado por dois procuradores/diretores do agente).
2. Os contratos permaneceram sem validade até o dia 13 de maio de 2014, no qual a ANEEL por meio do Despacho nº 1.491 estabeleceu o prazo de 5 dias úteis para a Parnaíba II promover a assinatura de todos os CCEARs, bem como, determinou que a CCEE promovesse a recontabilização de todos os meses que tais CCEARs deixaram de ser contabilizados em virtude de pendência de assinatura.
3. No dia 20 de maio de 2014, por meio do Despacho nº 1.579 a ANEEL decidiu por suspender os CCEARs da UTE Maranhão III dos processos de contabilização e recontabilização, até o dia 18 de junho de 2014.
4. No dia 17 de junho de 2014, por meio do Despacho nº 1.843 a ANEEL decidiu por prorrogar o prazo constante do Despacho nº 1.579 até o dia 18 de julho de 2014.
5. No dia 17 de julho de 2014, por meio do Despacho nº 2.742 a ANEEL decidiu por prorrogar o prazo constante do Despacho nº 1.843 até o dia 18 de agosto de 2014.
6. No dia 15 de agosto de 2014, por meio do Despacho nº 3.167, a ANEEL decidiu por prorrogar o prazo constante do Despacho nº 2.742 para até o dia 05/09/2014.
7. No dia 05 de setembro de 2014, por meio do Despacho nº 3.636, a Diretoria da ANEEL decidiu por determinar à CCEE que não considere os CCEARs relativos à Maranhão III nos processos de contabilização e recontabilização até que lhe seja apresentado o TAC definitivamente aprovado pela ANEEL, bem como as respectivas orientações de contabilização.

Na 10ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria de 2014, foi aprovada a elaboração de minuta de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TAC, de forma a viabilizar a otimização dos recursos de geração do Complexo Parnaíba, bem como, permitir a manutenção dos CCEARs da UTE Maranhão III.

As condições que constarão no TAC serão as seguintes:

1. Suspensão dos CCEARs desde a sua vigência original, de 01 de março de 2014 até 30 de junho de 2016.
2. Postergação do término do período de fornecimento de 31 de dezembro de 2033 para 30 de abril de 2036.

3. Direcionamento do combustível atualmente disponível no Complexo Parnaíba I para a UTE Maranhão III, de maneira que a energia atualmente gerada pelas 2 turbinas a gás natural da UTE Maranhão IV seja gerada pelas 2 turbinas a gás da UTE Maranhão III, na modalidade de geração por substituição.
4. Oferta de contribuição à modicidade tarifária no valor equivalente a 1 ano de faturamento (estimado em R\$ 333 milhões) – a contribuição será feita através do desconto proporcional nas receitas fixas mensais associadas aos faturamentos dos CCEARs conforme o fluxo de caixa livre do Empreendimento, ou seja, a partir de 2022 e corrigidos pelo IPCA.
5. Renovação da Garantia de Fiel Cumprimento da UTE Maranhão III (aprox. 60 MM R\$).
6. A Eneva - Em recuperação judicial realizará aumento de geração para os sistema e redução de custo de energia para o consumidor para o fechamento do ciclo de 4 turbinas com capex estimado de R\$1,5 bi, em até 5 anos da data de assinatura da TAC. Caso a UTE Maranhão III não tenha seu ciclo combinado fechado até 31 de dezembro de 2014, o valor equivalente ao da execução da Garantia de Fiel Cumprimento (R\$ 60 milhões) deverá ser adicionado à contribuição à modicidade tarifária.
7. Compromisso de comercialização exclusiva no ACR da energia elétrica, desde que o mesmo tenha as condições adequadas para a habilitação do empreendimento, em até 5 anos, do fechamento do ciclo das 4 turbinas a gás natural do Complexo Parnaíba I, integrado pela UTE Maranhão IV e pela UTE Maranhão V. Caso não seja realizado leilão para contratação regulada será prorrogado o prazo para a realização dos investimentos compromissados.
8. Caso ocorra a rescisão dos CCEARs por inadimplência da Parnaíba II ou de seu desligamento da CCEE, o valor residual da contribuição para a modicidade tarifária ainda não descontado da Receita Fixa dos CCEARs se tornará imediatamente exigível, acrescido da multa de 20%.
9. Eventuais dificuldades futuras de suprimento do combustível não possibilitarão a repactuação do TAC.
10. O TAC já está sendo cumprido pela ENEVA, e os CCEARs firmados por Parnaíba I estão sendo supridos integralmente.

Os motivos pelos quais a ANEEL optou por celebrar o TAC com a Parnaíba II foram: o fato que a usina UTE Maranhão III se encontra praticamente pronta, possui CVU baixo, contribui para a melhoria operacional do sistema por razões elétricas e que o custo para os consumidores decorrente do cancelamento dos CCEARs é mais elevado do que a manutenção do empreendimento.

No que se refere a implementação das novas condições comerciais oriundas da negociação, constantes do TAC, entre a ANEEL e a Eneva - Em recuperação judicial cabe ressaltar que por se tratar de contrato celebrado no ambiente regulado esta é a forma legal de se proceder com alteração das características comerciais, a saber, prazo de vigência e preço.

Tais alterações, uma vez que a minuta final do TAC seja devidamente assinada pelas partes, serão automaticamente válidas e exigíveis. A CCEE irá providenciar a minuta de aditivo dos CCEARs com as condições previstas no TAC, para aprovação da ENEVA - Em recuperação judicial e posterior coleta de assinatura mas, vale ressaltar, que se trata de um procedimento moroso que depende exclusivamente do cronograma interno da Câmara.

Tais condições fruto da negociação entre ANEEL e Eneva - Em recuperação judicial resultaram no escalonamento da adequação do preço mediante disponibilidade do fluxo de caixa livre do projeto.

20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, o capital social da Companhia está dividido em 840.106.107 (oitocentos e quarenta milhões cento e seis mil e cento e sete) e 702.524.469 (setecentos e dois milhões quinhentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e sessenta e nove), ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e o capital autorizado de 1,2 bilhão de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 4.707.088 (R\$ 4.532.314 em 31 de dezembro de 2013), composto por ações ordinárias, assim distribuídas:

	2014	%	2013	%
Acionista				
Eike Fuhrken Batista	145.704.988	17,3	145.704.988	20,7
Centennial Asset Mining Fund LLC (*)	20.208.840	2,4	20.208.840	2,9
Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC (*)	1.822.065	0,2	1.822.065	0,3
E.ON	360.725.664	42,9	266.269.556	37,9
BNDESPAR	72.650.210	8,6	72.650.210	10,3
FIA Dinâmica Energia	87.494.400	10,4		
Outros	151.499.940	18	195.868.810	27,9
	840.106.107	100	702.524.469	100

(*) Controladas por Eike Fuhrken Batista.

Abaixo, o resumo da evolução do Capital Social até quarto trimestre 2014:

Data	Quantidade de ações	Capital social (R\$ mil)	Descrição
Dezembro/2012	578.241.732	3.731.734	Saldo inicial
Janeiro/2013	147.480	232	Aumento de capital - plano companhia
Fevereiro/2013	27.000	95	Aumento de capital - plano companhia
Abril/2013	34.500	114	Aumento de capital - plano companhia
Maio/2013	29.250	99	Aumento de capital - plano companhia
Setembro/2013	124.031.007	800.000	Aumento de capital
Outubro/2013	13.500	40	Aumento de capital - plano companhia
Maio de 2014	-	119.959	Aumento de capital – aporte acionista
Agosto de 2014	137.581.638	54.815	Aumento de capital – aporte acionista
31 de dezembro de 2014	<u>840.106.107</u>	<u>4.707.088</u>	Saldo final

Em 01 de agosto de 2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 maio de 2014, no valor de R\$174.728, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$ 4.536.608 para R\$ 4.711.337.

21. Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	2014		2013	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico e diluído				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(1.517.182)	(1.517.182)	(942.455)	(942.455)
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	760.195.676	760.195.676	640.131.923	640.131.923
Prejuízo por ação (R\$) - básico	(4,86920)	(4,86920)	(1,47229)	(1,47229)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há diferença representativa entre o prejuízo por ação básico e diluído.

22. Plano de pagamento baseado em ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido		
Outorgadas pela Companhia	35.211	36.231
Outorgadas pelo Sr. Eike Batista	315.560	314.283
	350.771	350.514
	Controladora	Controladora
	2014	2013
Despesas com opção de ações outorgadas	257	(5.714)

Os planos de outorga de opções de compra de ações foram lançados em duas modalidades distintas: plano primário, que consiste na outorga de opções de compra que implicam na emissão de novas ações pela Companhia, ou cessão de ações em tesouraria; e planos secundários, referentes a opções oferecidas pelo acionista para os executivos da Companhia, neste caso, sem diluição do capital acionário.

(a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Companhia concedeu Plano de Opções de Compra de Ações de sua própria emissão aos beneficiários que lhe prestam serviços.

No dia 26 de novembro de 2007 foi aprovado e registrado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária o "Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia" presente na Ata na forma de Anexo. Na mesma data foram outorgadas opções de ações para executivos da Companhia.

O plano contemplava o direito de compra de 175.900 ações, após o desdobramento ocorrido em 17 de julho de 2009, concedidas a 5 participantes, em quantidades iguais, exigindo a permanência de 5 anos na Companhia para o completo exercício.

O Programa de Opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Conforme o regulamento do plano, o Conselho de Administração da Companhia deve determinar a quantidade de ações a ser concedida, os preços de exercício, prazos de maturação e vencimento dos direitos.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. Os demais acionistas da empresa não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de dezembro de 2007, foi aprovado o grupamento das ações da Companhia, de forma que 22 ações passaram a corresponder a 1 ação ordinária. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2009, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, sendo que cada ação ordinária existente naquela data passou a corresponder a 20 ações ordinárias. Em 15 de agosto de 2012, foi aprovado mais um desdobramento, no qual cada ação ordinária passou a corresponder a 3 ações ordinárias. Esses eventos ocasionaram um ajuste na quantidade e no preço de exercício das opções dos planos outorgados.

Foi registrada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2010 a prorrogação do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia para 31 de dezembro de 2015.

Em 1º de dezembro de 2010 foram outorgadas, mais uma vez, opções para os executivos, dessa vez, o direito de exercício exigia a permanência de 7 anos na Companhia.

Foi aprovado também, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2011, o aumento do limite máximo do percentual de ações destinado ao Programa de Opções para 2% do total de ações de emissão da Companhia.

A tabela abaixo apresenta as características gerais das outorgas concedidas pela Companhia já ajustadas pelos desdobramentos ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

Plano	Data de Outorga	Prazo da outorga (anos)	Primeira data de maturação	Data de vencimento dos direitos	Quantidade Original Outorgada (a)	Preço de Exercício Original (a)	Preço de Exercício Corrigido pelo IPCA(b)
Plano 1	26/11/2007	5	26/11/2008	26/11/2013	528.000	0,76	-
Plano 2	01/12/2010	7	14/12/2011	14/12/2018	3.300.000	2,97	4,03
Plano 2.1	27/04/2011	7	7/04/2013	27/04/2020	30.000	4,13	-
Plano 2.2	02/06/2012	7	02/06/2013	02/06/2020	60.000	2,97	-
Plano 3	24/11/2011	7	24/11/2012	24/11/2019	2.098.500	5,14	6,17
Plano 3.1	31/05/2012	7	31/05/2013	31/05/2020	225.000	5,14	6,00
Plano 3.2	10/07/2012	7	10/07/2013	10/07/2020	52.500	3,91	4,56
Plano 3.3	20/07/2012	7	20/07/2013	20/07/2020	22.500	4,13	4,82
Plano 3.4	01/08/2012	7	01/08/2013	01/08/2020	90.000	4,23	4,92
Plano 3.5	13/12/2012	7	13/12/2013	13/12/2020	3.000.000	4,53	5,11
Total					9.406.500		

(a) Para outorgas totalmente expiradas ou exercidas, o preço de exercício não foi atualizado pelo IPCA.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício de 2013:

Plano outorgado pela Companhia - quantidade de opções de ações	Plano 1	Plano 2	Plano 2.1	Plano 2.2	Plano 3	Plano 3.1	Plano 3.2	Plano 3.3	Plano 3.4	Plano 3.5
Saldo em 30 de setembro de 2014	-	780.000	-	-	637.200	67.500	27.000	20.250	54.000	600.000
Exercidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	(157.500)	-	-	(110.400)	-	-	-	-	(72.000)
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Expiradas	-	(97.500)	-	-	(70.800)	-	-	-	-	(60.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	525.000	-	-	456.000	67.500	27.000	20.250	54.000	468.000

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções em 2014:

Plano outorgado pela Companhia - quantidade de opções de ações	Plano 1	Plano 2	Plano 2.1	Plano 2.2	Plano 3	Plano 3.1	Plano 3.2	Plano 3.3	Plano 3.4	Plano 3.5
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	1.776.000	-	-	1.520.100	225.000	52.500	22.500	60.000	2.900.000
Exercidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	(1.153.500)	-	-	(993.300)	(157.500)	(22.500)	-	-	(2.372.000)
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Expiradas	-	(97.500)	-	-	(70.800)	-	(3.000)	(2.250)	(6.000)	(60.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	525.000	-	-	456.000	67.500	27.000	20.250	54.000	468.000

Para determinação do valor justo das opções utilizou-se o modelo proposto por Merton (1973)¹, uma variante do modelo de Black & Scholes (1973)¹, em que se considera o pagamento de dividendos. Para tal, utilizou-se algumas premissas para as variáveis de entrada do modelo. Como:

¹ MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

- o preço da ação na data de mensuração;
- o preço de exercício do instrumento;
- a volatilidade esperada;
- dividendos esperados;
- o prazo dos instrumentos; e
- taxa de juros livre de risco.

Para o cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados os retornos contínuos da cotação história da ação (baseada na volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente). A janela temporal para estimação da volatilidade esperada foi como igual ao prazo da opção, ou o maior prazo disponível, quando o histórico de negociação da ação da empresa foi menor do que o prazo esperado.

A taxa de juros livres de risco foi baseada em títulos públicos e nas curvas de juros divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

A tabela seguinte apresenta as premissas utilizadas para o cálculo de valor justo das opções outorgadas pela Companhia:

Premissas para Valor Justo	Plano 2	Plano 2.1	Plano 2.2	Plano 3	Plano 3.1	Plano 3.2	Plano 3.3	Plano 3.4	Plano 3.5
Quantidade de opções exercíveis (maturadas)	75.000	-	-	57.000	7.500	3.000	2.250	6.000	52.000
Prazo médio remanescente (anos)	2,71	-	-	3,32	3,46	3,58	3,60	3,64	4,01
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (a)	0,01	-	-	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
Preço da ação em R\$ (b)	0,40	-	-	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40
Preço de exercício das opções em R\$ (c)	4,03	-	-	6,17	6,00	4,56	4,82	4,92	5,11
Volatilidade média esperada (ao ano) (d)	72,5%	-	-	69,6%	73,9%	71,3%	70,8%	70,2%	52,7%
Taxa de juros livre de risco média (ao ano)(e)	5,94%	-	-	6,04%	6,07%	6,06%	6,07%	6,07%	5,78%
Efeitos no resultado em 2014 em R\$ mil	1.068	-	-	1.323	157	51	29	84	2.062
Valor intrínseco em R\$ mil (f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973)

(b) O preço de fechamento da ação ENEV3

(c) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA.

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação história da ação ENEV3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

(f) Quando o valor intrínseco das opções é negativo, considerou-se valor igual a zero.

(b) Opções de ações outorgadas pelo Acionista Sr. Eike Fuhrken Batista

A maioria dos funcionários contemplados com o plano de opções de ações outorgadas pelo acionista Sr. Eike Batista não faz mais parte do quadro de colaboradores da Eneva S.A. - Em recuperação judicial em 31 dezembro de 2014, diante da significativa redução das despesas com esse plano, a Companhia não está mais contabilizando a despesa correspondente.

¹ BLACK, F.; SCHOLES, M. The pricing of options and corporate liabilities. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 81, p. 637-654, 1973

23. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

		Consolidado
	2014	2013
Receita bruta	2.010.803	1.600.282
Impostos sobre vendas	(212.711)	(161.452)
Total da receita líquida	1.798.092	1.438.831

24. Custos e despesas por natureza

Custos e despesas por natureza		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Depreciação e amortização		(2.355)	(2.280)	(170.479)	(146.539)
Despesas com pessoal		(74.254)	(38.968)	(136.604)	(91.943)
Serviços de terceiros		(49.406)	(40.401)	(209.150)	(161.595)
Despesas com aluguéis		(6.904)	(5.533)	(310.223)	(172.152)
Despesas com opções de ações outorgadas		-	(28.610)	799	(28.610)
Provisão Perdas de Investimento	(a)	(615)	3	(422.947)	(23)
Provisão Passivo a Descoberto		197	(8.272)	976	(7.716)
Custo por Indisponibilidade		-	-	(17.719)	(149.367)
Material		-	-	(22.584)	(14.705)
Seguros		-	-	(20.720)	(17.138)
Outras despesas	(b)	(518.148)	(14.042)	(598.625)	(93.975)
Insumos		-	-	(698.663)	(624.050)
Benefício CCC		-	-	13.959	69.182
Energia elétrica para revenda		-	-	(69.051)	(274.361)
		(651.878)	(138.103)	(2.661.809)	(1.712.991)
Classificados como:					
Custo		-	-	(1.579.302)	(1.507.046)
Despesas administrativas e gerais e opções de ações outorgadas		(651.878)	(138.103)	(1.082.509)	(205.945)

- (a) Saldo é composto basicamente por: (i) resultado negativo de alienação de 50% do investimento e mútuo mantidos referente a Pecém II Geração de Energia S.A., R\$344 milhões e R\$75 milhões, e (ii) ganho na diluição de participação mantida pela Companhia em Parnaíba Gás Natural S.A., no montante de R\$ 21 milhões.
- (b) O montante apresentado refere-se ao efeito negativo da operação envolvendo Porto do Pecém, onde a Companhia pretende alienar seus saldos de investimento, mútuo e contas a receber por operações de compra de carvão e de energia junto a controlada em conjunto. Esta operação ainda não foi concluída pois possui condições precedentes ainda não cumpridas. O saldo dos ativos citados estão registrados como mantido para negociação, conforme descrito na nota explicativa nº12.

25. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Comissão sobre fianças bancárias				
Despesas bancárias	(282.072)	(147.857)	(516.552)	(364.832)
Variação monetária	(39.463)	(27.625)	(40.929)	(33.745)
Perda nas operações com derivativos	(4.124)	(6.142)	(4.124)	(3.339)
Juros/custo debêntures	(501)	(786)	(501)	(786)
Valor justo debêntures	-	-	-	-
Assessoria Financeira	(68.814)	-	(68.814)	-
Outros	25.618	(151.186)	(10.881)	(191.907)
	(369.356)	(333.596)	(641.768)	(594.609)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	11.635	14.946	27.427	22.973
Rendas com partes Relacionadas	109.477	79.686	47.877	40.734
Variação monetária	23.717	12.528	27.434	15.346
Ganhos (perdas) nas operações com derivativos	16.952	2.728	16.952	2.728
Valor justo debêntures	(0)	(479)	(0)	(479)
Outros	689	3.414	12.024	7.212
	162.470	112.823	131.713	88.513
Resultado financeiro líquido	(206.887)	(220.773)	(510.056)	(506.096)

26. Compromissos assumidos

Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são os que se seguem:

(*) Os valores apresentados incluem compromissos assumidos pela controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., em montante equivalente ao percentual de participação da Companhia (50%).

(**) Os valores de compensação ambiental estão sendo considerados na medida em que os custos das obras são incorridos.

(***) Refere-se a operações de compra e venda de energia, com diversos fornecedores e clientes para o período compreendido entre 2014 e 2024 através de quantidades de energia e preços fixados. Com isto, os referidos preços de compras e vendas não estão sujeitos a flutuações do mercado de energia.

Fornecedor	Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total contratado em 31/12/2014	Saldo do Contrato	
					31/12/2014	31/12/2013
AVIPAM TURISMO E TECNOLOGIA LTDA	Compra de Passagens/Hospedagem	11/12/2012	30/09/2014	720		416
BANCO BANKPAR SA	Fornecimento de hospedagens	11/12/2012	31/12/2014	1.360	697	853
BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA	Destinação de resíduos de Classe II em geral	29/05/2014	31/12/2014	1.323	733	882
CAL TREVO INDUSTRIAL LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	02/05/2013	01/05/2015	1.119	1.083	1.119
CARBOMIL QUIMICA S.A	Fornecimento de Cal Virgem	29/07/2013	06/05/2015	6.000	2.945	5.249
CENTRO DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE BRIGADA DE INCENDIO LTDA	Serviço de Assistencia Tecnica	16/06/2014	15/06/2016	1.120	840	-
COMPANHIA DE INTEGRACAO PORTUARIA DO CEARA CEARAPORTOS	Reg da Movimentação de Graneis Solidos	18/03/2014	29/12/2024	7.674	4.233	763
COMPANHIA DE INTEGRACAO PORTUARIA DO CEARA CEARAPORTOS	Fornecimento de Energia no Porto	07/08/2012	Indeterminada	2.400	579	1.658
E ON GLOBAL COMMODITIES SE	Fornecimento de carvão	02/01/2014	31/12/2014	290.001	9.924	-
E ON GLOBAL COMMODITIES SE	Fornecimento de carvão	02/10/2013	31/12/2014	70.921	24.583	9.255
EBM CONSULTORIA E INVESTIMENTOS LTDA	Consultoria de obtenção de financiamento	29/01/2010	30/09/2014	4.428		1.757
ELETROMECANICA CAPISTRANO EIRELI-ME	Serviço de manut. e oper. da UTE Pecem II.	24/01/2014	28/02/2015	8.642	1.659	-
ELETROMECANICA CAPISTRANO EIRELI-ME	Serviço de manutenção. da turbina nº 03	18/09/2013	30/09/2014	3.300		854
ENGETEC CONSULTORIA GESTAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA	Serv. de monitoramento dos níveis de pressão	01/08/2014	31/08/2016	975	885	
FORNECEDORA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Compactação de Carvão Mineral no Patio.	30/07/2014	31/12/2014	6.253	1.529	732
FORNECEDORA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Serviços de Locação de Veiculo Pesado	30/05/2014	29/12/2015	2.940	2.095	
FORNECEDORA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Compactação de Carvão Mineral no Patio.	01/09/2014	30/09/2018	2.226	2.082	
FORNECEDORA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Serviços de Locação de Veiculo Pesado	01/09/2014	30/09/2018	12.613	11.798	
FORSHIP ENGENHARIA S/A	Serviços de comissionamento na UTE Pecém II	02/01/2013	30/12/2014	9.500		1.596
GUIMAR ENGENHARIA S.A.	Processo de encerramento de Projeto.	28/09/2012	30/09/2014	2.000		449
ICAL INDUSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	09/08/2013	22/04/2015	786	732	786
MINERAÇÃO BELOCAL LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	03/09/2013	31/12/2014	941		941
MINERAÇÃO LAPA VERMELHA LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	09/09/2013	31/12/2014	1.871		871
MONSERTEC MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA	Manutenção de Andaimos e Pintura Industrial	28/10/2013	27/10/2015	4.867	2.798	
NUTRINOR RESTAURANTES DE COLETIVIDADE LTDA	Refeições - café, almoço, jantar e ceia	07/12/2012	30/09/2014	571		175
OPE COMISSONAMENTO OPERACIONAL LTDA-ME	atividades relacionadas ao comissionamento	23/12/2014	Indeterminada	1.811	784	
OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRICO ONS	Transmissão entre Concessionárias e Mpx	27/05/2014	Indeterminada	52.001	8.966	10.589
PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINERIOS S/A	Desembarque de Navios Atracados no Terminal	26/03/2012	31/12/2016	6.950	2.678	5.632
PRIME PLUS LOCACAO DE VEICULOS E TRANSPORTES TURISTICOS LTDA	Serviço de Transporte de Colaboradores	01/10/2014	31/10/2017	992	992	
PHYSICAL ACOUSTICS SOUTH AMERICA LDTA	MANUTENCAO MAQUINAS EQUIPAMENTOS	10/06/2014	09/06/2016	683	683	
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A	Fornecimento de Oleo Diesel B S10	02/04/2014	31/03/2015	9.999	7.713	
REX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	Locação de imóvel	01/01/2009	27/11/2042	45.283	37.711	39.592
RH CLEAN SERVICOS PROFISSIONAIS DE LIMPEZA LTDA	Limpeza das Torres de Transferencia de	08/01/2013	31/12/2014	1.263		

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ENEVA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

	Carvão				532	1.102
RH CLEAN SERVICOS PROFISSIONAIS DE LIMPEZA LTDA	Disponibilização de mão de obra terceirizada	02/07/2012	30/09/2014	750		41
RIP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA	Serviços de Mão de Obra Especializada	24/09/2014	05/10/2014	7.500		4.163
SEMACE	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	05/09/2008	Indeterminada	4.850	471	1.500
SPIG TORRES DE RESFRIAMENTO LTDA	Montagem e Monitoramento Eletromecânica	01/04/2014	31/03/2015	1.491	1.491	
SUPRICEL LOGISTICA LTDA	Serviços de Transporte de Cal Virgem	09/08/2013	22/04/2015	8.464	2.355	4.826
TDG - TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA S/A	Bay de Conexão	06/03/2014	Indeterminada	1.020	754	-
MABE	Construção UTE-EPC	27/01/2008	Indeterminado	144.144	5.960	2.738
Tecnometal	Fornec. de Sist. de Transpor. de Correia p/ carvão	24/07/2009	31/07/2014	130.757	30.399	27.926
Cargotec	Fornec.de Equipamento de descarregador de navio	07/10/2009	06/07/2013	20.161	-	20.161
Carbomil	Fornecimento de Cal Virgem	07/05/2010	06/07/2015	30.000	26.798	26.798
EMS Silvestrini	Manutenção, Limpeza Industrial e Suporte Industrial	01/05/2012	30/06/2014	19.692	1.800	2.641
Global Crossing	SERVIÇOS DE TI	11/08/2009	09/12/2012	697	-	7
Fortal Serviços de Segurança	Serviços de Vigilância Armada e Segurança	25/07/2012	24/03/2014	5.275	-	286
Petroleo Sabba	Fornecimento de óleo diesel	01/07/2012	31/08/2014	19.325	-	-
Nova Aliança Locação de Veículos	Serviços de Transporte de Pessoal	01/07/2012	31/08/2015	3.843	-	1.255
CONSULTORIA PLANEJAMENTO E ESTUDOS AMBIENTAIS	Monitoramento da qualidade da águas	01/03/2013	31/05/2014	904	79	248
SEMPRE VERDE SERV. E CONSTR. CIVIL	Gestão técnica do pólo agrícola	20/05/2013	19/05/2014	522	-	79
RH Global	Locação de mão-de-obra especilista terceirizada	21/07/2013	21/07/2014	1.406	90	520
ECOSOFT	Monitoramento de qualidade do ar e meteorologia	01/02/2013	30/04/2014	697	71	400
OGMO	Acordo coletivo c/ os sindicatos dos estivadores	01/10/2013	30/09/2015	750	194	750
MONSERTEC	Montagem de andaime e tratamento industrial e civil.	05/12/2013	04/12/2015	8.310	1.621	6.000
E ON GLOBAL COMMODITIES	Fornecimento de carvão	01/01/2014	31/01/2015	123.346	12.670	-
Atlas Copco Brasil	Manutenção nos compressores da atlas	25/02/2014	24/04/2017	664	479	664
Safety Consultoria Empresarial	Atendimento de emergência contra incêndio	01/01/2014	31/12/2014	518	198	-
Avipam	Serv. de hospedagem, emissão de bilhetes aereos	18/03/2014	17/04/2015	290	11	-
J DE D S LIMA	Serviço de atendimento médico	01/01/2014	31/10/2014	420	-	-
MAQMIX	Serv. de empilhamento de carvão durante receb. navio	20/03/2014	19/03/2015	5.562	2.084	-
SEMPRE VERDE SERV. E CONSTR. CIVIL	Manutenção das áreas verdes da ute e perifericos	20/03/2014	19/03/2015	719	239	-
PROVIDA BRASIL	Monitoramento da biota aquatica p/ fase de operação	07/04/2014	18/02/2015	1.449	1.268	-
EMAP	Operação de desembarque e transporte de produtos	01/04/2014	31/03/2016	8.300	5.399	-
VIP VIGILANCIA	Serviço de vigilancia armada no site	22/01/2014	25/04/2014	5.145	4.166	-
CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A	Descarte das cinzas geradas na ute no aterro da titara	17/04/2014	16/04/2022	90.000	78.849	-
ENVITEK SERVICOS AMBIENTAIS LTDA	Manuseio e transporte de cinzas no pátio da ute	24/03/2014	23/03/2022	82.000	72.700	-
CONTROL AMBIENTAL ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA	Monitoramento da águas subterraneas na ute	16/04/2014	15/04/2015	759	253	-
GE International	GE Turbina e assistencia	30/05/2011	18/01/2014	397.986	266.552	334.792
DURO Felguera	EPC e Turbina e assistencia tecnica	30/05/2011	31/10/2013	586.827	242.013	290.726
Guimar Engenharia	Consultoria de engenharia para UTE Parnaíba.	01/06/2011	31/10/2013	8.335	-	1.940
Biota Projetos e Consultoria Ambiental	Monitoramento Biótico	10/08/2012	09/08/2018	1.081	383	1.014
CONSRD CONSTRUÇOES RODOVIARIAS LTDA ME	Construção de heliponto e nova guarita	05/11/2012	04/06/2013	2.194	-	2.194
BESSA & BARREIRA ADVOGADOS	Assessoria jurídica especializada em matéria ambiental	03/01/2011	31/12/2013	560	532	532
GASMAR	Operação e manutenção do sistema de distribuição	17/12/2012	16/12/2027	57.838	109	2.946
ELETRONORTE	Manutenção e operação - om bay de conexão	21/03/2013	20/03/2015	2.375	40	981
EMS SILVESTRINI	Manutenção preventiva,corretiva industrial	04/04/2013	03/04/2015	1.664	235	1.931
M CARTAXO LACERDA	Contratação de mão-de-obra especializada	03/06/2013	02/06/2015	723	171	952
PARNAÍBA GÁS NATURAL	Compra de gás natural	01/01/2013	31/12/2027	871.917	216.154	106.968
BPMB PARNAÍBA	Arrendamento da Capacidade Arrendada	01/02/2013	31/01/2028	695.234		

					163.832	279.059
RH GLOBAL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	Serviços especializados: mão-de-obra terceirizada	24/07/2013	23/01/2015	1.598	338	738
VIP VIGILANCIA	Srv. de vigilância desarmada e segurança patrimonial	10/08/2013	09/08/2015	1.431	685	2.234
INST. AYRTON SENNA	Proj. implant. de prog. de gestão do fluxo escolar	18/06/2013	30/01/2017	2.121	2.121	2.121
FACULDADES CATOLICAS	Pesquisa e desenvolvimento.	18/03/2014	17/04/2017	2.161	1.359	-
M CARTAXO LACERDA	Preparo e fornecimento de refeições aos funcionários	11/04/2014	10/04/2016	2.574	1.939	-
MPX ENERGIA	Projeto de pesquisa e desenvolvimento.	19/03/2014	18/03/2017	790	790	-
PSR SOLUÇÕES	Projeto de pesquisa e desenvolvimento.	18/03/2014	17/03/2017	589	327	-
INITEC Energia S.A.	EPC	15/08/2011	02/02/2014	913.300	410.225	539.425
Hidroinga Poços Artesianos	Perfuração de Poços	25/03/2012	30/07/2013	1.578	-	21
Brasilis Kaduna	Consultoria	17/02/2012	16/04/2013	1.000	352	352
SYNERGIA	Consultoria de Plano de Ação do Reassentamento Rural	07/05/2012	06/07/2013	1.239	-	50
Desga Ambiental Industria e Comércio	Sistema de adução e descarte de água	01/08/2012	31/10/2013	20.763	9.789	9.789
Desga Ambiental Industria e Comércio	Implantação Completa dos Sistema de adução de água	01/08/2012	31/05/2014	42.206	9.450	42.206
General Electric Company	Aquisição de 2 (dois) turbo geradores	20/08/2012	19/12/2013	61.424	9.920	9.920
Hidroinga Poços Artesianos	Planejamento e construção de dois poços tubulares	30/11/2012	29/04/2014	3.605	104	509
CONEL CONSTRUÇOES E ENGENHARIA LTDA	Construção de sistema de interligação de poço	21/03/2013	30/06/2014	12.162	-	3.736
HATCH CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS LTDA	Desenvolvimento de projeto sistema de interligação	18/03/2013	17/07/2014	2.032	-	265
ARM CONSULTORIA EM SEGURANCA LTDA - PREVINE	Consultoria em segurança do trabalho e meio ambiente	21/05/2013	20/05/2014	4.828	-	1.851
RH GLOBAL	Contratação de mão de obra especializada	24/07/2013	23/07/2014	2.751	153	960
LBB TRANSPORTE	Finalização da adutora de descarte de efluentes	15/10/2013	16/05/2014	3.441	-	1.300
Guimar Engenharia	Consultoria de engenharia	01/09/2013	29/02/2016	3.040	-	2.512
STEAG Energy	Consultoria de engenharia	01/09/2013	29/02/2016	6.504	78	4.748
E M S Silvestrini	Manutenção e corretiva industrial de equipamentos	01/01/2014	03/04/2015	836	242	739
VIP Vigilância	Vigilância desarmada e segurança patrimonial	01/01/2014	09/08/2015	998	387	916
Biota Projetos	Monitoramento biótico de parnaíba	01/01/2014	09/08/2018	551	464	425
M Cartaxo R Lacerda	Preparo, manuseio e fornecimento de refeições	11/04/2014	10/04/2016	2.114	1.507	-
Bripaza Construções	Implantação final do sistema de descarte de efluentes	17/03/2014	16/07/2014	2.433	-	-
WARTSILA BRASIL LTDA	EPC	28/03/2013	30/04/2014	8.916	877	3.099
CMi CONSTRUÇÕES	CONEXÃO ELETRICA	01/10/2013	20/05/2014	3.250	117	3.250
Mabe	Construção UTE-EPC	27/01/2008	Indeterminado	2.607.057	25.817	104.527
Mabe/SEMACE	Compensação ambiental	05/09/2008	Indeterminado	713	713	713
Consulgal Portugal	Engenharia do proprietário	20/12/2007	19/10/2014	2.618	355	1.741
Diversos	Serviços/Materiais	Diversos	Indeterminado s	426.887	177.728	155.594
REX	Locação Operacional	23/07/2008	23/01/2043	8.093	6.325	11.026
Carbomil	Cal	20/08/2010	01/06/2015	11.910	4.765	11.372
ICAL	Cal	23/09/2011	10/11/2014	21.950	-	21.950
Cogerh	Água Bruta	28/10/2010	27/10/2020	73.725	43.581	75.025
CAGECE	Descarte de Efluentes	09/02/2012	10/10/2031	14.264	3.572	7.650
EDP Comercializadora	Energia para comercialização	Diversos	Indeterminado s	89.972	4.682	-
BTG Energia	Energia para comercialização	Diversos	Indeterminado s	52.920	52.920	-
E-on	Carvão	Diversos	Indeterminado s	389.100	209.216	-

27. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2014	2013
Danos materiais	18.291.418	12.432.201
Responsabilidade civil	438.500	269.000

28. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia toma suas decisões com base em quatro segmentos de negócios principais, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas, a saber: geração de energia, comercialização de energia, suprimentos e corporativos.

A atividade atual é gerenciada por um gestor principal, sendo este quem aloca e avalia o desempenho do segmento operacional. No caso da Companhia esse gestor é o Diretor Presidente.

Na medida em que seus empreendimentos progredirem, a Administração pretende reavaliar possíveis segmentações de negócios para prover o mercado com informações reais e qualitativas.

	31 de Dezembro 2014				
	Geração de Energia	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanco patrimonial - ativo	5.467.613	3.729.972	174	(2.153.341)	7.044.418
Circulante	558.187	386.513	7	-	944.708
Caixa e equivalentes de caixa	84.809	72.502	7	-	157.318
Contas a receber de clientes	304.848	-	-	-	304.848
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Estoque	99.185	-	-	-	99.185
Subsídios a receber - CCC	-	-	-	-	-
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados	-	41	-	-	41

Ativos mantidos para negociação	-	300.000			300.000
Outros ativos circulantes	69.346	13.970	-	-	83.316
Não circulante	4.909.425	3.343.458	166	(2.153.341)	6.099.710
Realizável a longo prazo	315.156	1.101.204	-	(673.618)	742.743
Partes relacionadas	23.048	798.056	-	(451.868)	369.236
Subsídios a receber -CCC	24.617	-	-	-	24.617
Impostos diferidos	219.713	-	-	-	219.713
Ganhos em operações com derivativos	-	21.122	-	-	21.122
Depósitos vinculados	62.070	-	-	-	62.070
Outros ativos não circulantes	(14.292)	282.026	-	(221.750)	45.984
Investimentos	-	2.228.139	-	(1.494.213)	733.927
Imobilizado	4.412.063	11.238	166	-	4.423.466
Intangível	182.206	2.876	-	14.490	199.572
Diferido	-	-	-	-	-

31 de Dezembro 2014

	Geração de Energia	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanco patrimonial - passivo	5.467.613	3.729.972	174	(2.153.341)	7.044.418
Circulante	1.390.854	2.229.071	10	(25)	3.619.910
Empréstimos e financiamentos	1.090.044	2.199.149	-	-	3.289.195
Fornecedores	138.048	11.737	1	-	149.785
Perdas em operações com derivativos	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	25	-	(1)	(25)	(0)
Debêntures	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	162.736	18.185	10	-	180.930
Não circulante	2.282.048	357.885	513	(433.649)	2.206.796
Exigível longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	1.691.753	182.749	-	-	1.874.502
Impostos diferidos	10.978	-	-	-	10.978
Partes relacionadas	577.059	171.595	513	(428.291)	320.875
Debêntures	-	-	-	-	-
Perdas em operações com derivativos	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	2.258	3.541	-	(5.357)	442
Acionistas não controladores	-	-	-	82.455	82.455
Patrimônio líquido	1.794.712	1.143.016	(349)	(1.802.122)	1.135.257

31 de Dezembro de 2014

	Geração de energia	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado					
Receita operacional bruta	2.022.573	-	-	(11.770)	2.010.803
Deduções da receita bruta	(212.711)	-	-	-	(212.711)
Receita operacional líquida	1.809.862	-	-	(11.770)	1.798.092
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.590.523)	-	-	11.770	(1.579.302)
Despesas operacionais	(27.970)	(145.690)	(151)	799	(173.013)
Outros resultados operacionais	(403.701)	(516.188)	-	394	(919.496)
Equivalência patrimonial	-	(648.417)	-	477.762	(170.655)
Resultado financeiro	(303.200)	(206.887)	0	-	(510.056)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(2.532)	-	-	-	(2.532)
Participação de não controladores	39.624	-	-	-	39.779
Lucro/Prejuízo do período	(518.064)	(1.517.182)	(150)	478.955	(1.517.183)

31 de dezembro de 2013

	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanco patrimonial - ativo	8.056.566	5.317	4.751.985	313	(3.149.193)	9.689.212
Circulante	596.950	477	141.242	10		747.842
Caixa e equivalentes de caixa	166.960	457	110.156	10		277.583
Contas a receber de clientes	294.396					294.396
Títulos e Valores Mobiliários						
Estoque	78.376					78.376
Subsídios a receber - CCC	30.802					30.802
Ganhos em operações com derivativos			4.171			4.171
Depósitos vinculados			38			38
Outros ativos circulantes	26.416	19	26.878			62.477
Não circulante	7.459.616	4.840	4.610.742	303	(3.149.193)	8.941.310
Realizável a longo prazo						
Partes relacionadas	24.418		1.249.669		(746.067)	528.019
Subsídios a receber -CCC	24.617					24.617
Impostos diferidos	302.327					302.327
Ganhos em operações com derivativos						
Depósitos vinculados	118.606					118.606
Outros ativos não circulantes	(15.175)	21	214.734		(206.528)	(6.947)
Investimentos			3.130.978		(2.189.125)	941.853

31 de dezembro de 2013

	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Imobilizado	6.805.744	773	12.634	303		6.819.454
Intangível	195.653		2.727			213.381
Diferido	3.427	4.046			(7.473)	

31 de dezembro de 2013

	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balço patrimonial - passivo	8.065.730	5.317	4.751.987	313	(3.134.135)	9.689.212
Circulante	1.398.839		1.580.010	10	(0)	2.978.859
Empréstimos e financiamentos	845.930		1.562.211			2.408.142
Fornecedores	327.743		3.473	1		331.216
Perdas em operações com derivativos						
Partes relacionadas				(1)		
Debêntures			112			112
Outros passivos circulantes	225.165		14.215	10		239.389
Não circulante	4.156.224	22	703.232	501	(723.499)	4.136.479
Exigível longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	3.146.961		655.417			3.802.378
Impostos diferidos	9.591		-			9.591
Partes relacionadas	995.147	22	34.489	501	(722.438)	307.720
Debêntures			5.239			5.239
Perdas em operações com derivativos						
Outros passivos não circulantes	4.524		8.087		(1.060)	11.551
Acionistas não controladores					123.633	123.633
Patrimônio líquido	2.510.668	5.295	2.468.744	(198)	(2.534.268)	2.450.242

31 de dezembro de 2013

	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado						
Receita operacional líquida	1.438.831					1.438.831
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(1.506.234)	(812)				(1.507.046)
Despesas operacionais	(43.375)	(12)	(123.701)	(173)		(167.261)
Outros resultados operacionais	(24.839)		(14.403)		557	(38.684)
Equivalência patrimonial			(469.179)			(153.012)
Resultado financeiro	(285.315)	32	(220.773)	(40)		(506.096)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	103.248		(114.400)			(11.152)
Participação de não controladores	1.729	238				1.966
Lucro/Prejuízo do período	(315.957)	(554)	(942.456)	(212)	557	(942.455)

Informações geográficas

Os quatro segmentos acima descritos estão divididos geograficamente em três áreas distintas, conforme evidencia o resumo abaixo:

Sistema Norte-Nordeste

O Sistema Norte-Nordeste é composto pelas unidades de Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Pecém II Geração de Energia S.A., Parnaíba Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A., Parnaíba IV Geração de Energia S.A., Parnaíba V Geração de Energia S.A., Tauá Geração de Energia Ltda., Tauá II Geração de Energia Ltda. e Amapari Energia S.A.

A planta Itaqui, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Itaqui, no Estado do Maranhão, e sua capacidade de geração de energia será de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.

Já as usinas termelétricas a carvão pulverizado Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A. estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidade instalada de 720 MW e de 360 MW, respectivamente.

Ainda na região do Ceará, encontram-se localizadas a Tauá e a Tauá II, empresas de geração de energia solar, que possuem licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW em conjunto, com duas unidades de 1MW, cada uma, já instaladas.

A Amapari, Produtor Independente de Energia (PIE) no sistema isolado, compreende uma usina termelétrica de geração de energia a partir do óleo diesel, localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.

O complexo do Parnaíba de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. O Empreendimento já conta com Licença da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) e sua potência total é prevista em 3.722 MW. Neste complexo estão situadas as cinco empresas Parnaíba.

Sistema Sul-Sudeste

A mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, serão construídos os projetos termelétricos da Sul Geração de Energia e da UTE Seival, usinas que terão capacidade instalada de 727 MW e 600 MW, respectivamente, sendo que, a partir da integração com a mina de Seival Sul, terão o suprimento de combustível garantido por 30 anos.

29. Eventos subsequentes

Em dezembro de 2014 iniciamos uma negociação, que foi implementada em Janeiro de 2015, junto aos credores do projeto para efetuarmos o refinanciamento da dívida de longo prazo de forma a atingir um nível de caixa tanto de curto quanto de longo prazo sustentável para o projeto.

Para isso foi necessário um refinanciamento da dívida de longo prazo junto a todas as instituições que financiam o projeto, tais como, BNDES, BNB e bancos repassadores (Votorantim e Bradesco) em um montante total de R\$ 1.227 milhões. Nesse refinanciamento todos os bancos concordaram com os gestores da companhia que o projeto necessitava de uma ajuda adicional com relação ao fluxo de caixa e dessa forma conseguimos as seguintes melhorias:

- Carência de 24 meses para pagamento do principal da dívida;
- Carência de 6 meses para pagamento dos demais encargos da dívida (exceto para BNB que devido aos recursos serem oriundos do FNE não foi possível obter esse alívio negociado e aprovado junto aos demais financiadores);
- Sem pagamento de comissão por reestruturação (apenas com custo de aditamento dos contratos no valor de R\$ 50.000,00 para cada instituição);
- Projeto obteve liberação quanto a obrigação de apurar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida;
- Aplicação de gradiente de amortização sobre o saldo devedor, de acordo com a capacidade de pagamento do fluxo de caixa do projeto: 3% (três por cento) em 2017, 5% (cinco por cento) em 2018, 8% (oito por cento) em 2019, 10% (dez por cento) em 2020 e os 74% (setenta e quatro por cento) restantes durante os anos seguintes por meio de sistema de amortização constante – SAC; e
- Manutenção dos encargos financeiros originais.

Todo esse plano de reestruturação resultará em uma liquidez adicional para o projeto de aproximadamente R\$ 76 milhões nos próximos 6 meses e R\$ 210 milhões para os próximos 2 anos (números esperados baseado no cenário de juros e inflação atual), trazendo assim um alívio significativo para o caixa do projeto tanto no curto quanto no longo prazo. Com isso o projeto terá plena capacidade para atingir um nível sustentável de geração/operação no longo prazo, com fluxo de caixa capaz de suprir todas as necessidades operacionais do projeto.

Em 26 de janeiro de 2015 ocorreu a celebração do aditamento ao Acordo de Acionistas celebrado entre DD Brazil Holdings S.À R.L. (“E.ON”) e o Sr. Eike Fuhrken Batista. A versão atualmente em vigor do Acordo de Acionistas reflete, dentre outras, as alterações feitas no Estatuto Social da Companhia aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2014, incluindo a alteração na composição do Conselho de Administração.

Em 12 de fevereiro de 2015 a Companhia aprovou a apresentação do Plano de Recuperação Judicial perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no âmbito da recuperação judicial da Companhia e de sua subsidiária ENEVA Participações S.A.

Conselho de Administração

Jorgen Kildahl
Keith Plowman
Stein Dale
Adriano Carvalhêdo Castello Branco Gonçalves
Fabio Hironaka Bicudo(Presidente)

Diretoria

Alexandre Americano (Diretor presidente)
Ricardo Levy (Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Contadora

Ana Paula Vergetti Diniz
CRC nº 087040/O-9